



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 116ª reunião, realizada em 27 de setembro de 2024**

1 Em 27 de setembro de 2024, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho  
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio  
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
4 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Camila Favaro,  
5 da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Cristina Campolina de Medeiros, da Secretaria de Estado de  
6 Desenvolvimento Econômico (Sede); Barbara Queiroz Abras Franco, da Secretaria de Estado de Trabalho e  
7 Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de  
8 Minas Gerais (Codemig); Alessandro de Oliveira Palhares, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa);  
9 Cícero Antônio Miranda Barbosa, da Agência Nacional de Mineração (ANM); Representantes da sociedade civil:  
10 Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Cristiano Monteiro  
11 Parreiras, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); Fernando Benício de Oliveira Paula, da  
12 Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto  
13 Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); José Antônio de Sousa Neto, da Escola Superior Dom Helder Câmara;  
14 Geraldo Majella Guimarães, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos**  
15 **em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou  
16 aberta a 116ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**  
17 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Fernando Benício de  
18 Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Bom dia, senhor presidente. Saúdo todos os conselheiros, o público que nos  
19 assiste pelo YouTube. No recado dos conselheiros, senhor presidente, eu vou tomar a liberdade de dar quatro  
20 recados nesta oportunidade. Na realidade, eu começo reiterando a importância que tem de os empreendedores  
21 realizarem convites antecipados para que os conselheiros possam apreciar os seus empreendimentos. Esse fator é  
22 extremamente importante porque viabiliza, principalmente à sociedade civil organizada, poder não só apreciar o  
23 papel, ou seja, o que contém o processo... Aliás, eu queria parabenizar toda a equipe técnica pelos Pareceres Únicos,  
24 que são extremamente contributivos. Mas o papel não deixa a desejar no sentido de verificarmos in loco as condições  
25 do empreendimento. Sendo assim, eu queria parabenizar as empresas que estão usando desse recurso que é  
26 extremamente importante. E nós então fomos convidados para algumas visitas técnicas antecipadas e algumas  
27 reuniões virtuais antecipadas, o que nos deixou bastante confortáveis para agora, neste momento do recado dos  
28 conselheiros, que eu acredito seja o mais oportuno, fazer os nossos relatos. Então eu começo falando do processo  
29 9.1, barragem da CSN, em Congonhas, aqui pautado. Nós realizamos uma reunião virtual com o empreendedor para  
30 esclarecimento dos fatos. E nesse processo, senhor presidente e demais conselheiros, eu gostaria de dizer da  
31 satisfação de participar desse processo em outra Câmara, onde ele iniciou, da descaracterização dessa barragem,  
32 que é um anseio da sociedade mineira frente aos possíveis danos à sociedade que ela pode cometer. Dentro desse  
33 processo, nós já fizemos várias visitas técnicas específicas e ainda teremos uma que foi cadastrada como  
34 condicionante na Câmara Metropolitana; e ainda faremos isso para verificar in loco o fim das atividades de supressão.  
35 Esse pedido da CSN vem de encontro à continuidade do processo de descaracterização, e eu queria esclarecer que é  
36 para reaproveitamento também desse material que se encontrava na barragem, que está sendo retirado para  
37 descaracterização, e o seu reaproveitamento. O que nós, enquanto sociedade, principalmente neste Conselho,  
38 defendemos, porque nós acreditamos que as nossas riquezas devem ser exploradas ao máximo. Então o que estava  
39 lá dentro da barragem para ser não utilizado agora será reaproveitado, minerado e trará riqueza para o nosso povo.  
40 Isso dentro de um processo já impactado, que não gera novos impactos. Então nós já antecipamos o nosso voto pelo  
41 deferimento. Segundo item, eu gostaria de ressaltar a importância desse processo, um convite da Atlas Lítio, que é  
42 o item 10.1, que é uma atividade na cidade de Araçuaí, no Vale de Jequitinhonha, que eu tive a honra de poder ir lá  
43 pessoalmente. Voltei ontem dessa visita técnica. É um trajeto extenso. Mas eu quero ressaltar a importância desse  
44 processo porque o lítio, na realidade, difere um pouco do que nós como conselheiros temos aqui o hábito de verificar,  
45 como minério de ferro e outros tipos de minerais. O lítio é um fator novo em Minas Gerais, recente, é uma riqueza

46 nova da nossa sociedade. E eu tive o prazer de ir à lavra, conhecer todo o processo, inclusive, de entender o processo  
47 de sondagem desse material, que difere dos demais. É uma sondagem diferenciada. Visitando o empreendimento, o  
48 que podemos notar, fomos à lavra, ao possível local da cava: é um local distante da região, é uma vegetação Mata  
49 Seca, bem diferenciada, mais próxima ao que entendemos pelo Norte do país, que se encontra num estado muito  
50 seco, devido à estiagem. Nós estamos no auge da estiagem lá também. O empreendimento se encontra distante das  
51 comunidades, é um fator positivo. E as condicionantes de monitoramento, enfim, que o Estado, a equipe técnica já  
52 prevê, para nós são consideradas extremamente satisfatórias. Outra questão, nós podemos observar, visitando a  
53 comunidade mais próxima, que é a comunidade de Neves, que existe um apelo muito grande da sociedade. Uma  
54 sociedade muito simples, mas existe um envolvimento da comunidade, o que me deixou muito satisfeito, que eu  
55 pude verificar realmente que a comunidade quer o empreendimento, anseia por ele, pela geração de emprego, pelos  
56 recursos que vai gerar, alimentação, enfim. E esse envolvimento da comunidade, da empresa, da cidade como um  
57 todo, eu pude verificar durante a minha estadia em outros pontos da cidade. De forma espontânea. Até um episódio  
58 muito interessante que eu gostaria de relatar, que no trajeto para a cava, na visita técnica, nós tivemos um  
59 contratempo de um pneu furado, e apareceu do nada um vaqueiro, com sua foice, um trabalhador urbano, com seu  
60 cachorro, tentando ajudar e perguntando quando que o empreendimento iria começar e tal, que estava ansioso para  
61 que isso pudesse trazer as melhorias que o povo tanto deseja. E isso é uma observação enquanto representantes da  
62 sociedade civil que nos deixa muito satisfeitos ver que realmente a população tem um carinho muito grande para  
63 com o empreendimento, e o empreendimento respeitando a comunidade. Uma das questões que nós podemos  
64 verificar nesse projeto é a intervenção hídrica, nos recursos hídricos. Eu gostaria de explanar para os senhores  
65 poderem ver quatro fotos realizadas nessa visita técnica. Essa é justamente a APP, que eu venho relatando, é um  
66 temporão, uma área temporã. Essa reunião realizada no escritório da empresa no centro da cidade para  
67 detalhamento do empreendimento. Essa é a vista do local da cava, uma área antropizada, antigo pasto, criação de  
68 pasto. E a visão da comunidade de Neves, a mais próxima, que fica bem distante. Certamente não será afetada por  
69 nenhum tipo... Mesmo assim, existem lá as condicionantes do Estado que são extremamente satisfatórias. O mais  
70 importante desse processo é a intervenção em APPs, mas, como os senhores puderam notar pelo registro fotográfico,  
71 será numa curva e por pouco tempo, voltando ao curso natural. E as compensações são extremamente satisfatórias.  
72 Então antecipo aos senhores o nosso voto pelo deferimento do processo. Esse próximo que vocês verificam é a visita  
73 ao processo 11.1, da Vale, Alegria, Fábrica, onde a Zeladoria do Planeta esteve presente e também com o conselheiro  
74 Hernandez, representando a Sede. Na oportunidade, eu queria parabenizar a Vale por todo o sistema de segurança  
75 envolvido nessa visita. Muito obrigado, o zelo pela nossa segurança e de todos os funcionários é evidente na  
76 operação. E apesar desse empreendimento, que envolve uma área extensa, circundando toda a operação para  
77 supressão de vegetação, nós verificamos que as compensações pedidas pelo órgão no Parecer Único são adequadas.  
78 Nos preocupou muito a metodologia a ser utilizada, mas in loco nós pudemos verificar que será feito de forma  
79 simétrica, ou seja, não será feito apenas de uma vez, e a supressão obedecerá uma ordem específica garantindo  
80 assim a preservação, afugentamento e resgate da fauna e da flora adequados. Porque a supressão era feita em escala.  
81 A equipe de supressão foi um questionamento nosso, mas nos deu total tranquilidade porque é a mesma equipe que  
82 vem atuando nas demais operações que neste ilibado Conselho já aprovamos anteriormente. Então ela já possui a  
83 habilidade necessária para o trato. E esse escalonamento das supressões nos dá um conforto para que consigamos  
84 entender que o processo pode devidamente ter a sua autorização neste Conselho. É basicamente isso, não tem muito  
85 o que falar porque tudo já está no processo e o Parecer Único é tão robusto que nos rouba um pouco a fala. Então  
86 antecipo o nosso voto pelo deferimento. O outro bloco de fotos, por favor. Esse bloco de fotos refere-se à visita  
87 técnica antecipada do processo 12.1, da Vale, mina de Abóbora, em Nova Lima. Nós fizemos a reunião para detalhar,  
88 depois realizamos uma visita técnica. Trata-se de cavidade. Então nós tivemos as presenças dos conselheiros Geraldo  
89 Majella; do Cícero, da ANM; do Hernandez, representando a Sede. Uma visita que nos possibilitou uma caminhada  
90 até as proximidades das cavidades. Nesse processo específico, duas das cavidades. A Vale está fazendo uma proposta  
91 de compensação de oito cavidades por quatro que serão suprimidas. E o que mais nos chamou a atenção foi que em  
92 duas dessas cavidades foi encontrada uma espécie de besouro, uma espécie que foi identificada dentro de duas das  
93 cavidades, nas proximidades de duas cavidades. Então a condicionante que se propõe de que essas cavidades não  
94 sejam afetadas até que resguardada, inclusive, uma área ao seu entorno de prevenção, que elas não sejam  
95 impactadas até que, junto à equipe de espeleologia do governo e da Vale, possam fazer uma sondagem em áreas  
96 próximas para verificar se existe a ocorrência desse besouro, dessa espécie, em outros locais. Em havendo, em se  
97 localizando, com o respaldo do governo do Estado, da equipe de espeleologia, que eu conheço muito bem a sua alta

98 capacidade; sendo constatado, aí sim nós concordamos com os impactos nessas cavidades e a compensação pelas  
99 demais, que nós observamos são dos mesmos níveis e de alta relevância. Podendo assim, conforme a própria  
100 legislação, estando na mesma região, ser a compensação indicada. Então frente a isso, com essa ressalva da  
101 manutenção dessas duas cavidades, até se registre realmente, faça um trabalho conjunto com o Estado para verificar  
102 se existe a ocorrência desse besouro em outros locais, o que caracteriza que ele não é endêmico dessas duas  
103 cavidades. Não localizando... Essa condicionante é muito importante para esse nível. Eu queria ressaltar, diante dessa  
104 visita que nos proporcionou a Vale, que a área está muito bem preservada, apesar de estar realmente ao lado de  
105 uma operação. Nós consideramos então e antecipamos, senhor presidente e demais conselheiros, por esses quatro  
106 processos em pauta nesta Câmara, pelo deferimento de todos com as devidas condicionantes aqui citadas. Mais uma  
107 vez, eu queria agradecer a equipe técnica pelo apoio da exibição dos registros, pela minha incapacidade técnica aqui,  
108 ressaltar a importância deste Conselho, que é um dos mais democráticos do Estado, que possibilita que a Zeladoria  
109 do Planeta, enquanto sociedade civil, possa estar indo a esses locais, apesar das dificuldades, das distâncias, dos  
110 riscos que envolvem todas essas visitas, o desgaste que é. Mas é muito importante porque, antes de entrar nesta  
111 Câmara, eu vinha às reuniões e sentia falta de a sociedade civil ir aos locais para poder realmente ver e tirar as dúvidas  
112 para que este Conselho possa votar com maior lisura e maior conforto. Muito obrigado, senhor presidente e demais  
113 conselheiros.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Antes de tudo, presidente Yuri, demais  
114 conselheiros, que Deus abençoe nossa reunião, que tenhamos um dia profícuo e consigamos fazer o nosso trabalho  
115 conforme nossa livre consciência, conforme nossas obrigações legais. Parabenizo o colega que me antecedeu, o  
116 conselheiro Fernando Benício, representando a sociedade civil por meio da ONG Zeladoria do Planeta. Sintetizou  
117 bem de forma clara o trabalho que ele fez de campo, agregou também suas considerações, que vêm somar  
118 informações e dar transparência ainda maior ao nosso Conselho. E é justamente esse um ponto, eu quero ressaltar  
119 aqui, presidente Yuri, demais conselheiros e aqueles que nos ouvem pelo YouTube. Este modelo de licenciamento  
120 ambiental, em vigor em Minas Gerais há mais de duas décadas, tripartite, onde é o Conselho que tem a última palavra  
121 sobre a outorga das licenças ambientais desses empreendimentos maiores, é um modelo que já se provou de  
122 sucesso, que se provou robusto, porque várias autoridades ao longo de outros Estados usam este modelo como  
123 inspiração para aperfeiçoar a participação popular, aperfeiçoar o trâmite do licenciamento ambiental em prol da  
124 sociedade brasileira. Dentre esses processos, esses itens de pauta que o conselheiro Fernando Benício colocou, eu  
125 tive oportunidade de estar participando in loco de um, como ele bem colocou, nesse último item, das cavidades, da  
126 mina de Abóbora, da Vale. Ele foi muito assertivo nas suas colocações. Eu queria acrescentar que durante a visita  
127 técnica a empresa Vale disponibilizou a equipe de espeleólogos e geólogos para nos esclarecerem todas as dúvidas.  
128 Também havia uma bióloga na equipe. E durante a caminhada eles esclareceram os pontos, se mostraram muito  
129 prestativos para quaisquer tipos de informação. Então eu não teria muito a acrescentar às considerações do colega  
130 Fernando Benício. Apenas dizer que essa nova espécie identificada e as medidas, a condicionante proposta é  
131 suficiente, no meu ponto de vista, para assegurar a continuidade dos trabalhos de pesquisa sobre essa espécie. Já  
132 para o outro ponto, referente à mina da CSN, eu queria fazer algumas considerações um pouco mais detalhadas.  
133 Trata-se de uma mina, uma siderúrgica de grande porte, uma das maiores do Brasil, que já produz cerca de 30 milhões  
134 de toneladas de minério de ferro por ano. O contexto maior, há barragem de rejeito, há uma cava a céu aberto  
135 grande, uma usina de beneficiamento grande, pilhas de estéril e uma captação de água em grande quantidade. Essa  
136 seria a visão geral do empreendimento. Água é sempre um ponto de preocupação. A empresa mostrou os dados, e  
137 também são de conhecimento da Agência. Há uma grande recirculação da água, um aproveitamento racional do uso  
138 da água. E no ponto específico que prevê a retomada dos rejeitos da barragem B4 é um item que merece destaque  
139 porque vai de encontro com o racional aproveitamento do bem mineral, que é finito, e ao mesmo tempo é uma ação  
140 de melhoria de segurança. Porque migrar de uma barragem para um empilhamento drenado é sempre uma decisão  
141 assertiva em termos de segurança. Então durante a reunião eu questionei a empresa sobre dois pontos específicos.  
142 Em questões de segurança, como que se dariam essa extração na barragem e a disposição posterior do rejeito  
143 drenado. E a empresa expôs que já faz esse trabalho desde 2018 pelo menos e que já avançou bastante na curva de  
144 aprendizado. Também questionei sobre os impactos positivos. O Parecer Único não entra nesse detalhe, mas é  
145 importante para dar justamente a transparência que a população precisa. Os impactos positivos seriam basicamente  
146 a redução do risco, melhora de segurança e os empregos e tributos associados. Então até sugiro aqui aos  
147 representantes da CSN que aí estão nos ouvindo que rapidamente, brevemente, citem para a sociedade civil as  
148 projeções, as estimativas de impactos positivos, especialmente, como eu disse, relacionados a geração de empregos,  
149 tributos e Cfem. Então mais uma vez, por fim, encerro aqui meu diálogo e agradeço aos presentes, aos colegas. Faço

coro à fala do Fernando Benício e passo a minha palavra.” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “Senhor presidente, só de uma forma muito rápida dizer que nós do sindicato estimulamos essa prática entre as empresas associadas de receberem os conselheiros previamente, tirarem as dúvidas, levarem para visita de campo, e o quanto isso é rico, como traz informação para o correto julgamento, a correta apreciação do processo. Então é uma boa prática que nós aqui do Sindiextra estimulamos entre as empresas parceiras.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DAS ATAS DA 114ª e 115ª REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as atas da 114ª e 115ª reuniões da Câmara de Atividades Minerárias, realizadas nos dias 30 de agosto e 6 de setembro de 2024, respectivamente. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. **6) LISTA DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS DE MINAS GERAIS. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Janaina Aguiar, do IEF, fez apresentação sobre a elaboração da Lista Estadual de Espécies Exóticas Invasoras do Estado de Minas Gerais, um trabalho realizado no âmbito do Instituto Estadual de Florestas e com apoio dos Planos de Ação Territoriais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção, do projeto Pró-Espécies. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Janaína Aguiar informou ainda que, após consulta pública, foi realizada na data de ontem, em reunião aberta, a etapa de validação final da lista de espécies exóticas invasoras. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 7.1) M M Slate Ltda. Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos. Paraopeba/MG. PA/SLA/Nº 3490/2022. ANM: 830.624/2011. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: DGR/PLS. Retorno de vista pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; e Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg).** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio e Dom Helder. Ausência: ANM. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 8.1) Samarco Mineração S/A. Regularização Ambiental das Obras de Dragagem e Disposição de Rejeitos na Fazenda Floresta e Recuperação das Margens e Setores da área denominada como Trecho 12 (Área do Reservatório da UHE Risoleta Neves). Pilhas de rejeito/estéril; Extração de rocha para produção de britas; Dragagem para desassoreamento de corpos d’água; Mineroduto ou rejeitoduto externo aos limites de empreendimentos minerários; Outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas e Canalização e/ou retificação de curso d’água. Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado/MG. PA/SLA/Nº 1496/2020. SEI/Nº 1370.01.0051684/2020-53. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Retorno de vista pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); e Cristiano Monteiro Parreiras, representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra).** Adendo deferido por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, ANM e Dom Helder. Voto contrário ao Parecer Único: IHMBio. Justificativa de voto contrário ao Parecer Único. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Contrário, de acordo com meu relato de vista.” A Câmara de Atividades Minerárias deliberou ainda acerca da proposta de alteração de condicionante apresentada pelo IHMBio em seu relato de vista, nos seguintes termos: “Apresentar anualmente à FEAM a comprovação do repasse dos recursos financeiros à Prefeitura de Rio Doce, e o cumprimento das condicionantes pela prefeitura, caso as condicionantes não sejam cumpridas pela prefeitura, fica o empreendedor titular da LOC obrigado a cumpri-las. Prazo: até 31 de dezembro de cada ano de execução das ações previstas no Termo de Compromisso.” A proposta foi indeferida por maioria. Votos favoráveis à redação da condicionante conforme o Parecer Único: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, ANM e Dom Helder. Voto contrário à redação da condicionante conforme o Parecer Único: IHMBio. Justificativa de voto contrário à redação da condicionante conforme o Parecer Único. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Eu não tenho nem que justificar, a condicionante foi proposta por mim... Senhor presidente, só lembrando que eu vou solicitar o controle da legalidade dessa votação.” **Íntegra das discussões do processo, conforme solicitado pelo representante do IHMBio (manifestações registradas antes da votação do item de pauta).** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos retorno de vistas dos conselheiros. Vamos seguindo a nossa pauta. Conselheiro Heleno, pois não, com a palavra.” Conselheiro Heleno Maia Santos

202 Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, colegas conselheiros, como bem foi publicado o meu relato  
 203 de vista, eu manifestei pelo indeferimento, pelo seguinte motivo. Nós estamos aqui falando de uma transferência de  
 204 recursos, ou seja, uma transferência de condicionantes, tirando de um empreendimento que está sendo licenciado  
 205 e passando para a prefeitura, um órgão público municipal. Sendo assim, senhor presidente, é um órgão público que  
 206 não tem qualquer responsabilidade por isso, nós não temos como punir esse órgão se caso ele não cumprir com  
 207 essas condicionantes. Ainda que pese, que digam para mim que podem, que não podem aplicar alguma sanção, eu  
 208 entendo perfeitamente que não vai poder aplicar sanção, até mesmo porque é um órgão que não está sendo  
 209 licenciado, não foi licenciado por nós. Essa transferência de recurso eu conheço bem, que eu também sou ordenador  
 210 de despesa, também sou secretário em um município, eu sei que é difícil demais da conta realizar essas obras, até  
 211 mesmo porque tem que passar por licitações que demandam um tempo maior. A burocracia é muito maior do que  
 212 se fosse por empresa privada. A empresa privada realizar essas atividades, essas obras que estão constantes nas  
 213 condicionantes, é muito mais fácil do que deixar para o órgão público fazer, é muito mais rápido também. Até a  
 214 qualidade do serviço pode ser questionada e levada em maior consideração pela empresa privada. Agora o órgão  
 215 público tem todas suas limitações, todas suas dificuldades, e eu acredito, senhor presidente e colegas conselheiros,  
 216 que é completamente impossível repassar recursos para a municipalidade para cumprimento dessas condicionantes.  
 217 Então por esse motivo eu manifestei contrário. Ainda mais a morosidade que vai levar a isso. E só quem vai perder  
 218 com essa situação vai ser apenas quem? O meio ambiente e a sociedade lá de Rio Doce. Na verdade, são eles que  
 219 vão ficar prejudicados porque nós sabemos, e eu tenho a minha convicção de que essas condicionantes não serão  
 220 cumpridas pelo município de Rio Doce. É o que tenho a dizer, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 221 Trovão: “Agradeço a manifestação do conselheiro Heleno. Eu vi que o Sr. José Antônio levantou a mão, mas eu vou  
 222 finalizar com os conselheiros que solicitaram vistas, depois eu abro a palavra aos conselheiros. Conselheiro Fernando,  
 223 pois não.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu acompanhei  
 224 o pedido de vistas do conselheiro Heleno Maia, representante da sociedade civil, apesar de ocupar cargo público,  
 225 apesar de já termos feito anteriormente uma reunião antecipada. Aliás, parabenizo o empreendedor por nos  
 226 procurar antecipadamente para uma reunião virtual para esclarecimento do processo. E eu fiz o meu relato de vistas  
 227 acompanhando o parecer e as condicionantes pelo simples fato de que uma mineração a finalidade dela é minerar,  
 228 não realizar obras públicas. Primeiro ponto. Ela não tem e não deve ter essa expertise. É claro que, como já aconteceu  
 229 em algumas épocas em eventos climáticos extremos, a mineração vem dando a sua contribuição no empréstimo de  
 230 equipamentos e máquinas para as prefeituras e para as comunidades poderem limpar suas ruas, reconstruir as coisas,  
 231 enfim. Mas o fato é que uma mineração não deve e não tem essa expertise de fazer obras públicas. Obras públicas,  
 232 o nome já diz, são públicas e devem ser imputadas aos seus devidos gestores. E nós enquanto sociedade civil e  
 233 enquanto toda a sociedade devemos dar crédito às nossas instituições. Porque quando não damos crédito às nossas  
 234 instituições, por exemplo, este próprio Conselho, nós estamos desmoralizando a nossa sociedade, a construção dela.  
 235 Eu acredito que a empresa firmou um contrato, será firmado um contrato com as suas devidas cláusulas jurídicas.  
 236 Existe o Portal de Transparência pública para com relação às obras, e são trâmites normais que devem ser seguidos.  
 237 Acredito que não tem nada demais o repasse para a própria prefeitura executar o que precisa ser feito nesse  
 238 processo. Ela tem a empresa conveniada, como em Belo Horizonte nós temos a empresa conveniada, e a prefeitura  
 239 que executa as obras. E é plenamente auditável, eu não vejo nenhum impasse nisso. Então a Zeladoria do Planeta  
 240 vem aqui manifestar, pedir aos demais conselheiros o entendimento de que essa questão está plenamente  
 241 entendida, que não existe nenhuma ilegalidade, nenhum risco, e nós devemos dar crédito às nossas instituições no  
 242 cumprimento das suas obrigações. E a Zeladoria do Planeta vota pelo deferimento do processo. Muito obrigado,  
 243 senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Fernando. Dr. Thiago, pois não.”  
 244 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Bom dia novamente, presidente. O nosso parecer de vista foi  
 245 conjunto, Ciemg, Sindiextra e Zeladoria do Planeta e foi favorável aos termos do parecer da DGR. E conforme o  
 246 próprio conselheiro Fernando Benício já mencionou nós não vemos nenhum impedimento legal para a transferência  
 247 desses recursos e para a execução desses serviços pela própria prefeitura. E portanto somos favoráveis à aprovação  
 248 do adendo à LOC conforme relatado no parecer da DGR. Obrigado, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 249 Trovão: “Agradeço. Dr. Thiago. Cristiano, pelo Sindiextra.” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra:  
 250 “Senhor presidente, pelo Sindiextra, corroborando as palavras dos conselheiros Fernando Benício e Thiago, nosso  
 251 parecer é pelo deferimento na forma do Parecer Único na medida em que trata-se de repasso de recursos para a  
 252 realização de obras em equipamentos públicos. Então por isso não há nenhum impeditivo legal para que a prefeitura  
 253 faça essas obras, e eu vejo até isso como uma facilidade no processo para que as obras realmente aconteçam a tempo

254 e modo, atendendo a toda a comunidade. Então reiterando pelo deferimento na forma do Parecer Único.” Presidente  
 255 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Cristiano. Finalizamos assim com os conselheiros que solicitaram vistas do  
 256 processo. José Antônio, pela Dom Helder, pois não.” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara:  
 257 “Em primeiro lugar aproveitar a oportunidade para agradecer os meus colegas de Conselho e em particular ao  
 258 Fernando Benício pelo trabalho extraordinário que faz, pelo apoio que nos dá. Isso não tem preço. Agradeço  
 259 muitíssimo toda essa dedicação, toda essa avaliação técnica. Isso é de grande importância para todos, é um trabalho  
 260 que não deixa de ser um trabalho em equipe. Nós vamos tentando ajudar uns aos outros e aprendemos muito uns  
 261 com os outros também. O segundo ponto, especificamente com relação a esse processo, eu queria agradecer  
 262 também a Samarco, como outros conselheiros já haviam manifestado a importância de apresentação prévia que é  
 263 feita para poder fazer os esclarecimentos devidos. E aqui eu vou voltar a um tema. Durante a apresentação da  
 264 Samarco algumas semanas atrás, com a presença, inclusive, do jurídico da Samarco, uma coisa muito importante que  
 265 é o tema que eu tenho levantado que é a questão da governança e do compliance, o próprio Ministério Público, nos  
 266 processos da Samarco que envolvem o Ministério Público, ele indica consultores externos. Quer dizer, não só o  
 267 Ministério Público vem acompanhando todas as ações da Samarco, como o Ministério Público se apoia em  
 268 consultores de reputação, externos, que são indicados pelo Ministério Público. Então isso é exatamente o processo  
 269 que eu tenho levantado da importância do consultor externo, não contratado diretamente pela própria empresa.  
 270 Então esse acompanhamento do próprio Ministério Público com o consultor externo nos dá uma tranquilidade de  
 271 que o processo de governança tem sido tratado com o zelo devido. Eu até havia sugerido à própria Samarco, sugerir  
 272 também à Vale, e quando isso acontece é importante que eles aproveitem a oportunidade para deixar isso claro para  
 273 todo o Conselho, porque isso é um fator muito relevante na questão do compliance e da governança, isso é um fator  
 274 que traz, vamos dizer assim, uma segurança maior para as decisões que estão sendo tomadas por este Conselho.”  
 275 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do José Antônio. Ainda com o Conselho. Pois  
 276 não, Cristina.” Conselheira Cristina Campolina de Medeiros/Sede: “Eu também gostaria de manifestar, a Sede  
 277 considera favorável ao parecer que foi feito, ao parecer do processo, conhece esse tema junto à Samarco também.  
 278 E entendemos que, em função até do que a própria Samarco alegou e foi colocado em todo o parecer, nesse tempo  
 279 existia uma dificuldade até da própria Samarco em realizar essas obras e essas condicionantes. Justamente pelo fato  
 280 de serem obras públicas já existe todo um acordo com a Prefeitura Municipal também. Então a Sede também  
 281 entende que essas condicionantes e essa verba podem ser repassadas à prefeitura para que exista realmente a  
 282 realização dessas obras até com mais agilidade. E a Sede entende então que é favorável ao parecer com as  
 283 condicionantes da forma como estão sugeridas pelo órgão ambiental.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 284 “Obrigado, Cristina. Ainda com o Conselho. Sem manifestações adicionais, eu passo então a chamar os inscritos. O  
 285 primeiro inscrito é o Sr. Eyer Nogueira Neto. O senhor colocou aqui ‘somente se houver necessidade’... Pois não, Sr.  
 286 Eyer.” Eyer Nogueira Neto/inscrito: “Bom dia, senhores conselheiros, senhoras conselheiras, bom dia aos demais  
 287 presentes. Eu havia até feito uma anotação aqui para poder fazer uma manifestação, mas os esclarecimentos que os  
 288 conselheiros realizaram antes da minha fala, principalmente o conselheiro Fernando, somente seria uma repetição  
 289 do que eu teria a dizer. Em resumo, o município de Rio Doce anseia pela aprovação da solicitação do empreendedor,  
 290 o município de Rio Doce tem toda a condição de realizar as obras, que, como bem foi mencionado, são obras públicas  
 291 e em equipamentos públicos. Inclusive, o município de Rio Doce já se organizou, já está com os projetos prontos e  
 292 apenas aguardando a confirmação de ter a legitimidade para fazer as obras para já iniciar os processos de licitação  
 293 das obras. E nós já temos aqui no município expertise no assunto, nós temos aqui obras sendo executadas com  
 294 recursos da Fundação Renova, nas áreas de Distrito Industrial, de Defesa Civil, de educação. E somadas a essas obras  
 295 as ações que vão ser realizadas através de uma eventual decisão favorável deste Conselho vão ser obras de  
 296 pavimentação, de saneamento, de drenagem, de contenção. São obras que realmente – como bem mencionou o  
 297 conselheiro Fernando – em que a expertise é do município e não da Samarco como uma mineradora. Então eu  
 298 gostaria apenas de manifestar o anseio do município de Rio Doce na realização dessas obras. E esse anseio não é da  
 299 administração pública de Rio Doce apenas, mas principalmente da população de Rio Doce, que anseia por iniciar as  
 300 obras e ver a recomposição de todo o acesso, tanto ambiental quanto social, dos problemas que ocorreram lá em  
 301 2015 ainda com o acidente ocorrido na barragem da mineradora Samarco. Então senhores conselheiros eu estou  
 302 falando aqui como cidadão, mas principalmente como um dos representantes do município de Rio Doce. Peço apenas  
 303 que os senhores avaliem as falas dos conselheiros que me antecederam com relação ao que se pretende, que é pura  
 304 e simplesmente execução de obras que têm caráter eminentemente público. E obrigado pela oportunidade. E estarei  
 305 à disposição caso seja necessário qualquer esclarecimento. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:

306 “Agradeço a participação do Sr. Eyer. Sr. Mauro Pereira Martins. Sr. Mauro, o áudio do senhor não está conectado.  
 307 Eu vou passar para o próximo e depois eu retorno ao senhor. Se o senhor quiser sair e retornar. Sr. Marcelo Mol  
 308 Pereira.” Marcelo Mol Pereira/Samarco Mineração S/A: “Bom dia, senhor presidente, demais conselheiros. Sou  
 309 funcionário da Samarco, responsável pelo site de Candonga, estou aqui à disposição para qualquer esclarecimento  
 310 no tocante às obras. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço. Sr. Maurício Pelegrino de  
 311 Souza.” Maurício Pelegrino de Souza/Samarco Mineração S/A: “Primeiramente, eu queria cumprimentar o senhor  
 312 presidente, queria cumprimentar as conselheiras e os conselheiros, os ouvintes presentes. A minha fala, em nome  
 313 da Samarco, é uma fala simples. Acho que os conselheiros que já nos antecederam de alguma forma já apresentaram  
 314 as informações, mas é preciso compreender que um dos pareceres que foram colocados de vista parte do  
 315 pressuposto da ausência de execução por parte da Samarco das condicionantes. Na verdade, a Samarco já cumpriu  
 316 grande parte dessas condicionantes. Assim como eficiência do município para realização de obras. Todavia é preciso  
 317 entender que a pretensão quanto à mudança é exatamente no sentido contrário. Após a realização de várias  
 318 iniciativas pela Samarco, a dificuldade que foi enfrentada pela Samarco na execução de outras tantas, as restantes  
 319 serão mais eficientemente executadas pelo município devido especificamente à expertise em relação às intervenções  
 320 em equipamentos públicos, como já salientado, e a necessidade de avaliação, obviamente, da interseção dessas  
 321 intervenções junto com outras iniciativas públicas. Portanto, o que se quer de fato com a alteração da condicionante  
 322 é a maior eficiência, sendo esse o motivo do pedido, portanto, da alteração. Cabe lembrar aqui, como explicitado  
 323 pelos municípios, as ações restantes são em sua maioria vinculadas a obras e atividades públicas. E quanto à  
 324 preocupação em relação à fiscalização dessas atividades acho que no próprio termo firmado entre Samarco e  
 325 municipalidade há indicação específica dos valores que deverão ser repassados para uma conta específica, tendo por  
 326 finalidade a execução da administração pública municipal. Ao lado disso existem vários mecanismos de controle dos  
 327 gastos e da eficácia das obras custeadas, como por exemplo o Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal, o  
 328 Ministério Público, e regras específicas de transparência das obras públicas e até mesmo a possibilidade dos cidadãos  
 329 de Rio Doce de fazerem essa avaliação... Peço desculpa, senhor presidente, eu acredito que eu tenha caído... Então  
 330 não raro existem as condicionantes de licenças ambientais para o custeio pelos empreendedores de atividades, obras  
 331 e estudos específicos para viabilizar ações, sendo um pedido, portanto, não uma novidade na seara do direito  
 332 ambiental, e pedimos, portanto, a aprovação integral do parecer da SEMAD sem quaisquer alterações. Agradeço e  
 333 peço desculpas pelos inconvenientes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr.  
 334 Maurício. Sr. Ricardo Peluso.” Ricardo Peluso/Samarco Mineração S/A: “Bom dia, senhor presidente, conselheiros,  
 335 demais participantes da reunião. Obrigado pela oportunidade de fala. Eu só queria fazer um esclarecimento, acho  
 336 que as falas anteriores já esclareceram bem todo o processo, mas um pequeno esclarecimento considerando,  
 337 principalmente, o parecer de vista do Sr. Heleno Maia, que nós entendemos que não há de se falar em repasse de  
 338 condicionantes. Não há condicionantes a serem cumpridas pela prefeitura, o objeto do requerimento não é a  
 339 transferência de responsabilidade para qualquer condicionante, a solicitação é alteração de metodologia de  
 340 atendimento na forma dos repasses para que as obras e demais serviços sejam executados pela prefeitura. Então  
 341 toda e qualquer condicionante vinculadas à LOC 1496 continua sendo de responsabilidade da Samarco. Então no  
 342 parecer ele coloca ‘cumprimento de condicionantes pela prefeitura’, então não há que se falar de cumprimento de  
 343 condicionantes pela municipalidade, a Samarco continua sendo responsável por todas as condicionantes vinculadas  
 344 à LOC. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. Ricardo. Sr. Roberto  
 345 Guimarães Silva. Pois não, Sr. Roberto, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Roberto Guimarães  
 346 Silva/Samarco Mineração S/A: “Bom dia, presidente, obrigado pela oportunidade de fala, espero que estejam me  
 347 escutando bem. Roberto Guimarães, atualmente eu estou como gerente institucional na Samarco. E, sem querer  
 348 repetir aqui as falas dos colegas e de alguns conselheiros, só reiterar que pela perspectiva institucional de  
 349 relacionamento com o município não coube à Samarco em momento algum querer se furtar a suas obrigações,  
 350 tampouco subestimar a capacidade do município de assumir as responsabilidades acerca de gestão pública em cima  
 351 dessas estruturas. E por isso, nós durante alguns meses, desenhamos um processo cuja governança está  
 352 transparente, bem construída. Todo o racional que foi montado em cima desse termo que foi assinado entre  
 353 prefeitura e Samarco foi construído tecnicamente com, inclusive, dados indicadores de preços públicos. Então a  
 354 Samarco está muito confortável em seguir com o parecer da FEAM, transferindo ao município a responsabilidade por  
 355 meio dessa mudança de metodologia do cumprimento da condicionante, transferindo para o município a  
 356 responsabilidade de execução dessas atividades por meio do repasse financeiro. Não vai ser um repasse único, o  
 357 termo traz a metodologia de repasse ao longo de alguns anos, o que possibilita que todos os segmentos da sociedade

possam acompanhar essa execução, com toda a transparência que esse acordo e essa alteração de condicionante trazem. A Samarco está à disposição para qualquer outro esclarecimento. E agradeço mais uma vez o tempo dos conselheiros.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço a participação do Sr. Roberto. Retorno ao Sr. Mauro Pereira Martins.” Mauro Pereira Martins/Prefeitura de Rio Doce: “Bom dia a todos e a todas, senhor presidente. Estou prefeito do município de Rio Doce, e isso já está acordado e bem discutido no município. Só gostaria de frisar mais um pouco em questão de transparência. A prefeitura é fiscalizada pelo Tribunal de Contas, Ministério Público, Câmara Municipal e, principalmente, pela população, pois grande parte dessas condicionantes foram discutidas com a população de Rio Doce. E também a Samarco e a SEMAD. Então eu acredito que na questão de transparência não fica dúvida nenhuma para todos. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do senhor prefeito. Sr. Marcelo Mol Pereira.” Marcelo Mol Pereira/Samarco Mineração S/A: “Senhor presidente, eu já manifestei no início. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Sr. Marcelo. Então senhores conselheiros encerramos aqui com os inscritos, eu retorno a fala ao Conselho.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, nobres colegas conselheiros, Prefeitura de Rio Doce, Samarco, eu vejo aí uma grande confusão. Primeiro querendo ensinar aí falando que quem são os órgãos fiscalizadores da prefeitura. Estou careca de saber quem são os órgãos fiscalizadores. É aí que mora o perigo, aí que mora mais uma morosidade. Porque a partir do momento que você começa a citar uma obra sempre tem um questionamento de um aqui, outro ali, é um vereador que é de oposição, um cidadão da cidade que é de oposição também, vai questionar e aí vai haver denúncia ao Tribunal de Contas. Aí volta novamente, a morosidade. Passou tanto tempo, essa licença foi aprovada em 2020. Nós estamos em 2024, quatro anos se passaram, até agora não se cumpriram essas condicionantes que estão impostas. Aí vêm me falar que ‘vou passar para a prefeitura’. E aí um representante da empresa vem dizer o seguinte: ‘Não está havendo repasse de condicionante’. Aí vem outro representante logo em seguida dizer o seguinte: ‘Estamos repassando a condicionante à prefeitura, as obrigações à prefeitura.’ Ou seja, há um claro repasse de condicionantes retirando a sua responsabilidade da Samarco, passando para a responsabilidade da prefeitura. É isso que está acontecendo. A minha preocupação é, senhor presidente, a morosidade dessas obras que vão acontecer, vão demorar, talvez mais dois ou três anos. Talvez nem esse prefeito que está aí agora vai concluir essas obras, apesar de que eu sei que é candidatura única na cidade. Evidentemente, ele vai ser reeleito, mas pode ser que nem neste mandato de quatro anos ele consiga concluir essas obras. Então fica complicado depois para uma fiscalização do Estado. Eu estou dizendo fiscalização da FEAM. Eu queria entender o seguinte: aonde há a possibilidade da FEAM de talvez responsabilizar o município pelo não cumprimento dessas condicionantes. Porque está sendo feito um repasse financeiro para a prefeitura, agora a certeza de que vai ser concluído isso ou não... Depois que ele faz o repasse, a decisão é do prefeito se ele vai fazer aquelas obras daquela forma que foi proposta na condicionante ou não. É o prefeito da cidade. É claro isso, é constitucional, é claro, ele é o prefeito da cidade, ele que manda. A autoridade máxima no município é o prefeito da cidade. Depois você repassa, cai o dinheiro no caixa único do prefeito, da prefeitura, ele vai fazer o que quiser fazer, o que ele achar de interessante. Se ele vai concluir aquelas obras naquela totalidade ou naquela integralidade, isso cabe única e exclusivamente a ele. E a FEAM, por exemplo, não tem nada o que fazer. Qualquer fiscalização que ela mandar lá, a defesa da prefeitura é clara, ‘nós não vamos licenciar nada, nós recebemos o repasse de um empreendedor que tinha uma condicionante. Ele tem a obrigação de fazer e não nós tínhamos obrigação de fazer.’ E outro questionamento, obras públicas são mais caras que obras privadas. Isso é claro, isso é evidente. Se eu vou fazer uma obra de asfaltamento, se eu asfaltar uma estrada dentro da minha fazenda, eu vou pagar X, mas se for asfaltar uma rua de uma cidade eu vou pagar Y muito diferente. As obras são caras. Daqui a pouco vai dizer o seguinte: ‘Olha aqui, o recurso que a Samarco nos passou não deu para fazer as obras na sua totalidade’. Não deu, vai parar a obra no meio do caminho, vai virar elefante branco de novo. É isso que eu estou questionando e com conhecimento de causa que eu estou falando, não estou falando aqui como leigo no assunto. Como bem disse aqui atrás, eu sou coordenador de despesa, sou secretário em um município, eu sei como que funciona a obra pública. Eu conheço bem como funciona a obra pública. Isso não é de agora, não estou há um ou dois anos, estou há mais de 18 anos no poder público. Então eu sei o que estou dizendo. Não adianta vir aqui dizer, querer dar uma aula, ‘não sei o quê, tem Tribunal de Contas, que tem Câmara, que tem sociedade’. Todo mundo sabe disso, que tem Portal da transparência, eu estou careca de saber disso. Nós sabemos disso. Com todas essas fiscalizações, quantas obras públicas inacabadas tem no Estado, que tem no país. É só fazer uma pesquisa clara no Google, vai achar lá, evidentemente. Primeiramente, senhor presidente, eu sou contrário realmente, de fato, sou contrário a esse tipo de condicionante. Condicionante para fazer obras públicas. O que houve foi rompimento de barragem, na verdade. O dano que houve foi ao meio ambiente. Aí



410 vem falar de asfaltamento, que é totalmente contrário, ecologicamente contrário. Aí vamos dizer talvez um  
 411 calçamento seria mais ecológico. Então foi desvirtuado totalmente. Estou falando isso aqui claramente. Senhor  
 412 presidente, eu sou contra, inclusive, as mesmas condições que foram colocadas, eu sou contra condicionantes  
 413 daquele tipo, mas você colocou, ela tem que ser cumprida pela empresa. Não é só aí não, aqui na Vale também, aqui  
 414 na Bacia do Paraopeba, a Bacia que eu presido, inclusive, eu sou contrário também a essa situação que foi imposta,  
 415 construção de rodovias, construção de não sei o quê. Não, tem que reparar primeiro a bacia. O que primeiro tem  
 416 que ser feito é a reparação da Bacia do Rio Doce, para depois fazer essas obras que as prefeituras querem. A  
 417 prefeitura quer fazer obras e obras e obras, é apenas isso, e obras que nada têm a ver com o meio ambiente, nada  
 418 vai trazer em benefício à amenização do impacto que sofreu a barragem, o rompimento da barragem da Samarco.  
 419 Falo com conhecimento de causa, que também estive na força-tarefa do rompimento dessa barragem, eu participei  
 420 ativamente. Desde o primeiro dia até o último dia eu participei. Então eu falo com outro conhecimento de causa dos  
 421 danos que causaram o rompimento da barragem, eu fiz parte da força-tarefa. Então senhor presidente é triste isso,  
 422 é lamentável, mas eu quis manifestar isso no meu parecer, manifestar isso claro, a minha vontade de não ser feito  
 423 esse repasse para o município, que a própria empresa fizesse as obras. Até mesmo porque ela seria fiscalizada pela  
 424 prefeitura. Poderia indicar, nada impede de a prefeitura indicar o projeto para a Samarco, e a Samarco realizar as  
 425 obras. Eu sei que as obras ficariam mais baratas para a Samarco, eu sei que as obras ficarão mais ligeiras para a  
 426 Samarco do que para a prefeitura. Todos nós sabemos disso, todos nós temos ciência disso. Infelizmente, mais uma  
 427 injustiça nós podemos cometer aqui em favor do povo e do meio ambiente. É o que tinha a dizer, senhor presidente.  
 428 Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do conselheiro Heleno.  
 429 Fernando, antes de passar para o senhor, o Cícero tinha pedido a manifestação. Aí eu passo para o senhor. Cícero,  
 430 pois não.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Bom dia, presidente, mais uma vez. É só uma  
 431 informação, mas ela é importante. Hoje eu tive um problema de conexão no instante da votação em bloco. Só dentro  
 432 de 5 minutos que eu consegui retomar a conexão e acompanhar as discussões. Eu cheguei a colocar no chat o voto  
 433 da ANM para que ele fosse computado. Sei que a forma correta é ligar a câmera no momento do voto, mas é público,  
 434 esta reunião é pública, ficou evidente que a minha conexão caiu, eu saí do chat. Por esse motivo que eu adiantei o  
 435 voto no chat, eu percebi que ia cair e coloquei lá o voto da ANM favorável ao Parecer Único. Então peço que seja  
 436 computado, porque a forma é importante, mas não pode ser mais importante do que a finalidade. A finalidade é  
 437 discutir e decidir, a forma pode ser ajustada. Então eu entendo esse problema de conexão no momento-chave como  
 438 um mero erro material, presidente. Eu queria colocar e fazer esse pedido com fundamento no Regimento Interno.  
 439 Então eu pude também, segundo ponto, acompanhar as discussões aqui sobre a Samarco, ainda que de forma parcial,  
 440 durante 10 minutos eu compreendi, e a síntese que eu faço aqui é que algumas pessoas se colocam contrárias à  
 441 mudança do texto da condicionante, e a empresa defende esses repasses. Então eu estou atento aqui também, e  
 442 nessa votação espero poder contribuir. Se alguém tiver alguma coisa para perguntar, estou à disposição. Não tenho  
 443 comentários específicos a fazer sobre esse tema, apenas ressaltar que uma condicionante não são as tábuas da lei  
 444 de Moisés, se ela for modificada agora, é possível, pode se modificar de novo depois. Só isso, presidente. Obrigado.”  
 445 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Em relação à votação, conselheiro, nós víamos realmente  
 446 que o senhor estava tendo problema na conexão. O voto pelo chat é possível, conforme previsão do Regimento  
 447 Interno. É uma exceção. Mas é quando eu coloco em votação. O voto antecipado que não pode ser computado. Então  
 448 por isso que eu coloquei a ausência lá no momento. Mas se o senhor quiser eu solicito à Secretaria que faça  
 449 transcrição integral da sua manifestação neste momento ou de toda a reunião para ficar consignado que o senhor  
 450 teve problema em relação. E por esses motivos que eu estou explicando para o senhor não há previsão do voto  
 451 antecipado. Há possibilidade do voto em exceção, configurado o caso de falta de conexão, alguma coisa, computar  
 452 o voto pelo chat, mas não voto antecipado. Então por isso eu não vou computar o voto do senhor. Mas se o senhor  
 453 fizer questão fazemos a transcrição na ata da sua manifestação.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM:  
 454 “Conforme achar melhor, presidente. Eu insisto um pouco na forma. Ainda que não haja uma previsão específica no  
 455 Regimento Interno, na norma legal, nós sabemos que a forma não pode ser superior, ter mais valor do que a  
 456 finalidade. Tudo bem, se entenderam que nesse caso a forma se sobrepõe, aí façam então a transcrição. Mas  
 457 mantenho a sugestão de computar o voto. Mas tudo bem.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok,  
 458 conselheiro, mas não é a ausência da previsão. A previsão é explícita, expressa sobre essa questão. ‘Parágrafo 6º -  
 459 Somente serão computados os votos proferidos no momento da deliberação do item de pauta, e sendo reunião  
 460 remota ou híbrida deverá o conselheiro não presente fisicamente se identificar utilizando recursos de vídeo e áudio  
 461 do aplicativo da reunião.’ Então não é possível, então tem previsão explícita, expressa sobre a não aceitação do voto

462 antecipado. Mas fica consignada a sua solicitação, conselheiro.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM:  
 463 “Tudo bem, presidente. Só para registrar que não foi um voto antecipado. Antecipado seria, por exemplo, nos  
 464 comentários iniciais...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Considera-se momento da votação quando eu  
 465 coloco em votação, conselheiro. O seu voto foi anterior, se eu não estiver enganado.” Conselheiro Cícero Antônio  
 466 Miranda Barbosa/ANM: “Eu acredito assim, presidente, você colocou em votação, ‘está em votação’, aí você chamou  
 467 alguém e concedeu para votar. Aí teve um probleminha. Chamou outro, e nesse instante eu percebi que minha  
 468 conexão deu problema.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então o senhor votou no momento que eu estava  
 469 colocando em votação?” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Isso. Só não estava na minha vez, mas  
 470 estava no momento da votação. Ou seja, se tivesse mais 1 minuto, meu voto seria com minha face, com minha  
 471 imagem. Porque o voto da ANM geralmente na lista é um dos últimos. Quem estava votando naquele momento era  
 472 outro conselheiro.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Entendido, conselheiro.” Conselheiro Cícero Antônio  
 473 Miranda Barbosa/ANM: “Não foi antecipado, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu estava  
 474 recordando aqui, para mim tinha sido antecipado, antes de eu ter iniciado o processo de votação. O senhor está  
 475 falando, então eu vou computar o seu voto.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “No momento no  
 476 chat está bem claro que eu coloquei o voto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Se o senhor está falando eu  
 477 estou concordando com o senhor. Só não estava recordando. Para mim o senhor tinha antecipado o voto, mas foi no  
 478 momento da votação. Conselheiro, eu vou computar. Computa, fazendo favor, o voto do conselheiro Cícero. Eu passo  
 479 a palavra paro o Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor  
 480 presidente, eu queria agradecer a manifestação do nosso conselheiro Heleno Maia. Sempre muito enriquecedores  
 481 os debates com ele nesta Câmara. No entanto, eu vou tomar a liberdade de contrapor. Fica claro, eu não tenho uma  
 482 experiência de gestor público, como é o caso dele, tão bem relatado, é secretário de município. Nós entendemos que  
 483 em alguns municípios pode ocorrer isso, talvez ele esteja pegando a sua própria vivência no município dele e jogando  
 484 em outros municípios. Isso não é uma regra, e nós temos aqui nesta reunião a ilustre presença do prefeito. Eu queria  
 485 cumprimentá-lo. E nós não podemos, por uma experiência pessoal de administração pública, imputar a outro  
 486 município, a outro gestor público que ele vai vivenciar a mesma coisa. Eu acredito nas instituições, nós temos que  
 487 acreditar nas instituições, porque sem isso não vamos a lugar nenhum neste país nosso. E ter aqui nesta reunião, que  
 488 é uma reunião oficial, gravada, a palavra do senhor prefeito com relação aos critérios utilizados para a realização das  
 489 obras públicas, quem sou eu, como representante da sociedade civil eu não tenho direito de fazer essa contestação.  
 490 É claro que temos que levar em consideração que a primícia da restauração pelos danos é sempre o meio ambiente.  
 491 No entanto, existe um processo que foi realizado, um processo legítimo, um processo democrático onde a sociedade  
 492 colocou essas condicionantes de realização dessas obras. Isso não está sendo feito à mercê da vontade de A ou B,  
 493 existe todo um critério. Assim como esta Casa, que muito me honra participar dela, tem as suas normas, seus  
 494 critérios. Legítimo. Eu não vou contestar que a sociedade solicitou uma obra de drenagem, que a sociedade solicitou  
 495 uma obra de calçamento, de saneamento, que vão de encontro aos retornos sociais tão devidos também. O meio  
 496 ambiente, é claro, ele é foco principal e deve ser sempre, mas não simplesmente ao nosso bel-prazer, é necessário  
 497 que exista um processo. Esse processo está sendo feito. A Zeladoria do Planeta, eu não tenho realmente experiência  
 498 como servidor público. Eu estou há 24 anos na gestão da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta, pois  
 499 me honra ser representante da sociedade civil. E não cabe à sociedade civil... Cabe fiscalizar, cabe denunciar, cabe  
 500 acompanhar, mas jamais cabe à sociedade civil imputar uma possível, uma coisa assim. Estamos projetando que o  
 501 prefeito vai fazer isso, que o fulano vai fazer isso. Nós estamos vivendo numa democracia gerida por ordem  
 502 democrática. Então Heleno e demais conselheiros, eu me sinto muito à vontade de falar isso porque nós estamos  
 503 vendo as obras sendo realizadas, as coisas sendo feitas. A metodologia que está sendo aplicada é legal, legítima, não  
 504 existe nenhuma forma que se possa, a não ser a contestação de uma possibilidade futura, à qual eu não vou me ater.  
 505 Então senhor presidente eu agradeço, acho que é enriquecedor pensar nisso. Eu tenho visitado vários municípios,  
 506 tenho visto a realidade, cada município tem a sua realidade, mas não podemos imputar a realidade de um em outro.  
 507 Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Fernando, retorno ao  
 508 conselheiro Heleno. Pois não, conselheiro.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio:  
 509 “Senhor presidente, conselheiros, eu tenho que informar que o nobre colega conselheiro Fernando Benício está  
 510 completamente equivocado... Está completamente equivocado o conselheiro Fernando Benício porque em  
 511 momento algum aqui eu fiz acusações à prefeitura, ao prefeito. Não fiz acusações. Eu disse aqui e informei o seguinte,  
 512 a dificuldade da FEAM de fazer fiscalização desse cumprimento de condicionante. Eu disse aqui que as obras públicas  
 513 são mais caras que obras privadas. Eu disse aqui que repassar condicionantes de um empreendimento licenciado

514 para outro empreendimento que não foi licenciado não é algo que seria legal. Eu disse isso. Em momento algum disse  
 515 aqui da competência da prefeitura, da competência do prefeito. Enfim, eu disse que poderia depois a prefeitura falar  
 516 o seguinte: ‘Olha, o recurso que recebemos não foi o suficiente para fazer as obras que estavam descritas na  
 517 condicionante. Eu sei que obras públicas são obras caras, obras públicas todas são mais caras que obras particulares.  
 518 Você constrói uma creche com R\$ 100 mil, e o poder público constrói uma creche com R\$ 1 milhão. Então é muito  
 519 claro isso, é muito evidente. Em momento algum eu fiz acusação à prefeitura, em momento algum eu fiz acusação  
 520 ao prefeito, à própria empresa. O que eu disse aqui foi o que a própria empresa disse aí. A empresa disse, foi uma  
 521 pessoa representando a empresa que disse o seguinte: ‘Olha, nós não estamos transferindo a competência para a  
 522 prefeitura, nós somos ainda responsáveis pelas condicionantes’. Aí veio outro logo a seguir e disse ‘não, nós estamos  
 523 transferindo a responsabilidade das obras para a prefeitura’. Ora, senhor presidente, eu estou falando aquilo que  
 524 estou ouvindo da própria empresa. Em momento algum aqui eu fiz acusações. Só deixar bem claro que eu não vivo  
 525 isso no meu município que eu estou como secretário. Só para deixar bem claro, eu participei de várias prefeituras,  
 526 fui secretário em vários municípios. Em todos, não é só nesses municípios que eu participei que tem essa dificuldade,  
 527 todos os municípios, o 5.505 municípios brasileiros têm essa dificuldade. Eles têm que passar por licitação, tem que  
 528 passar por fiscalização, como bem disse o prefeito, do Tribunal de Contas, da Câmara de Vereadores, da população.  
 529 Existem vereadores de oposição que não à Justiça, não concordam. Na última reunião que teve, tinha uma pessoa  
 530 que era contrária. Antes de eu pedir vistas, tinha uma pessoa que tinha manifestado contrário a isso, um cidadão de  
 531 forma independente que veio aí era contrário a esse tipo de transferência. É só voltar à reunião passada. Então vai  
 532 ter dificuldade, sim. Essa dificuldade que eu coloquei, não estou dizendo, em momento algum eu disse aqui ou  
 533 ataquei a capacidade do prefeito, da Prefeitura de Rio Doce. Muito pelo contrário, eu sei que são capazes e  
 534 competentes para fazer obra, sim. Porém eu deixei alerta, é uma obra mais cara que uma obra privada, é uma obra  
 535 que enfrentar várias dificuldades, pode enfrentar várias dificuldades. Isso não é diferente em nenhum município,  
 536 todos os municípios da mesma forma. Então não cabe aqui o conselheiro Fernando Benício vir e colocar palavras que  
 537 eu não falei. Em nenhum momento eu falei, hora nenhuma eu falei dessa forma. A minha fala é explícita e clara e  
 538 está escrito no meu relato de vista. Tudo que eu falei aqui está escrito no relato de vistas, está escrito, para não  
 539 deixar nada equivocado do que estou dizendo. É o que eu tinha a dizer, senhor presidente. Muito obrigado.”  
 540 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Heleno. Ainda com o Conselho. Não  
 541 havendo nada em relação ao Conselho, eu passo para equipe da DGR para considerações. Dra. Angélica, o microfone  
 542 está fechado.” Angélica Aparecida Sezini/SEMAD: “Bom dia, presidente, bom dia, senhores conselheiros. De nossa  
 543 parte nós mantemos o PU como ele foi feito. Esclareço que todo o conteúdo desse parecer foi amparado no acordo  
 544 que foi feito e comprovado nos autos do processo, no acordo que foi feito entre o município e a empresa, que nós  
 545 não vimos nenhuma ilegalidade ou impossibilidade jurídica de que houvesse alteração no modus operandi do  
 546 cumprimento da condicionante. E por isso nós sugerimos o deferimento do processo.” Presidente Yuri Rafael de  
 547 Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros...” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Eu  
 548 posso fazer uma pergunta para a Dra. Angélica?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Heleno. Sim,  
 549 claro.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Eu gostaria de saber o seguinte. Em caso  
 550 de não cumprimento dessas condicionantes, qual seria a penalidade para a Prefeitura de Rio Doce, doutora. Só a  
 551 título de dúvida.” Angélica Aparecida Sezini/SEMAD: “No termo de compromisso que foi celebrado entre o município  
 552 e a empresa, foram colocadas cláusulas penais pelo descumprimento do acordo celebrado. É uma relação entre  
 553 empreendedor e município.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Certo, entendi  
 554 perfeitamente. Agora eu digo em relação à FEAM. O que a FEAM poderia fazer, qual penalidade ela poderia aplicar  
 555 nesse caso do não cumprimento? Ou ficaria a cargo só do pacto de acordo entre o município e a Samarco? Só a  
 556 Samarco poderia cobrar do município nesse caso? A FEAM nesse caso não poderia tomar nenhuma atitude referente  
 557 a isso?” Angélica Aparecida Sezini/SEMAD: “Conselheiro, no meu entendimento, o que consideramos nesse parecer  
 558 foi a execução de forma diferente da condicionante que foi imposta para a Samarco. Quem está pleiteando isso  
 559 perante a FEAM é a Samarco. A Samarco que é responsável pelo empreendimento. Nós não estamos excluindo ou  
 560 transferindo condicionantes para o município, mas estamos aprovando um modo diferente de cumprimento daquela  
 561 condicionante que foi imposta para a Samarco. Então no meu entendimento a Samarco é responsável pelo  
 562 empreendimento e continua sendo, como está no certificado de licença que foi emitido para ela, para a Samarco.”  
 563 Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Ok. Senhor presidente, eu não sei se o senhor  
 564 viu o meu parecer de vista, mas lá eu faço duas versões. A primeira eu falo se, em caso de ser vencido em plenária,  
 565 for deferido, que seja revista a condicionante, uma das condicionantes, eu peço para alterar a condicionante colocada

566 equipe técnica. Então eu gostaria que a votação fosse em dois blocos. Primeiro a licença, depois a condicionante que  
 567 eu coloquei a forma de alteração, por gentileza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro,  
 568 podemos fazer dessa forma, sim. Primeiro eu coloco então em votação a licença e depois a alteração de  
 569 condicionante sugerida pelo senhor, e aí eu solicito novamente a manifestação da equipe técnica da FEAM. Mais  
 570 algum destaque por parte do Conselho? Dr. Thiago.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Presidente,  
 571 só uma pergunta, não tem licença para a gente votar não, é só alteração de condicionante. Então o que eu estou  
 572 entendendo vai colocar o parecer da DGR em votação. Caso ele vença, depois vai colocar a proposta de alteração de  
 573 condicionante feita pelo conselheiro Heleno. Eu acho que é isso que ele pediu. Não é?” Presidente Yuri Rafael de  
 574 Oliveira Trovão: “Isso. Eu falando licença, mas é o parecer, falei errado aqui, Dr. Thiago.” Conselheiro Heleno Maia  
 575 Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Eu também falei. Desculpa, senhor presidente, bem lembrado pelo  
 576 conselheiro Thiago. Obrigado, Thiago.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais alguma ponderação,  
 577 senhores conselheiros? Então em votação o item 8.1, Samarco Mineração S/A. Como vota Assemg?” Processo de  
 578 votação. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta,  
 579 ANM, Dom Helder. Voto contrário: IHMBio. Justificativa de voto contrário. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques  
 580 do Nascimento/IHMBio: “Contrário, senhor presidente, de acordo com meu relato de vista.” Presidente Yuri Rafael  
 581 de Oliveira Trovão: “Parecer aprovado por 11 votos favoráveis e um contrário. Coloca para mim fazendo favor a  
 582 redação da condicionante. Eu só gostaria de solicitar mais uma vez a manifestação técnica. A Dra. Angélica falou que  
 583 é pela permanência do PU conforme foi colocado, mas só para a gente deixar claro em relação à condicionante, a  
 584 solicitação do conselheiro Heleno. Eu solicito mais uma vez a manifestação da equipe técnica da DGR quanto à  
 585 alteração.” Angélica Aparecida Sezini/SEMAD: “Presidente, não tenho nenhuma objeção à redação que foi feita.”  
 586 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então vocês concordam com a alteração, Angélica?” Angélica Aparecida  
 587 Sezini/SEMAD: “Sim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Dr. Thiago.” Conselheiro Thiago Rodrigues  
 588 Cavalcanti/Ciemg: “Presidente, essa alteração eu até queria ouvir novamente a DGR, porque a meu ver essa alteração  
 589 colocada, proposta pelo conselheiro Heleno, com todo respeito que o conselheiro Heleno merece, sem qualquer  
 590 crítica a você, mas essa alteração de condicionante altera de fato o que foi o parecer completo da DGR. Se o  
 591 empreendedor assinou um termo de compromisso com o município para o repasse dos recursos para que o município  
 592 execute as condicionantes, o empreendedor ficar obrigado a executar o que o empreendedor não fez, vai  
 593 completamente ao inverso do que foi todo o parecer colocado pela DGR aqui, inclusive a votação que nós fizemos  
 594 anteriormente. Perde inclusive todo o sentido da outra votação. Presidente. Mas eu queria ouvir, queria colocar esse  
 595 ponto para reflexão da DGR.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Daqui a pouco eu volto à Angélica. Só  
 596 terminar aqui, tira por favor só para eu conseguir ver quem está levantando a mão. Heleno. Eu acho que algum outro  
 597 conselheiro levantou a mão aqui antes. Assemg. Volto ao Heleno, e depois a Assemg.” Conselheiro Geraldo Majella  
 598 Guimarães/Assemg: “Sim, presidente, fui eu, mas o conselheiro aqui falou exatamente o que eu ia falar. Então não  
 599 faz sentido repetir.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Conselheiro Heleno.” Conselheiro Heleno Maia  
 600 Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, logicamente, quando se coloca a responsabilidade do  
 601 empreendimento de cumprir as condicionantes, aí já vem o questionamento. Aí volto a dizer, está vendo como que  
 602 eu estou certo em toda a minha discussão? Aí vai ‘não, mas espera aí, o empreendimento não pode ser responsável  
 603 pela execução da condicionante’. Então para que aplicou a condicionante? Retira a condicionante toda então. Então  
 604 não precisa ter condicionante. Ter condicionante para dizer que não é responsável cumprir. Então é isso que fica a  
 605 minha dúvida muito grande. Você vê que a própria equipe técnica, a Dra. Angélica, disse o contrário a isso. Tudo  
 606 bem, está certo. É o que é certo, presidente, é o que foi provado na LOC lá atrás. Isso é condicionante, e que na LOC  
 607 foi aprovada a condicionante com obrigação da Samarco. Então se quer passar um recurso para a prefeitura, que  
 608 passe, tudo bem. Foi aprovado, vai passar. Mas não pode perder esse vínculo de condicionante. Se eles têm um  
 609 contrato, um termo de parceria com a prefeitura, com o prefeito, um termo de compromisso, desculpa, que é a  
 610 palavra mais correta, cabe à Samarco cobrar da prefeitura, se não cumprir, na Justiça, mas ela tem que ser  
 611 responsabilizada por isso. Ela tem que ser responsável por essa condicionante, não pode ser outra pessoa não. Ela  
 612 tem que ser responsável por essa condicionante.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Antes de passar  
 613 para o senhor, Dr. Thiago, deixa eu só passar aqui à Angélica. Ela levantou aqui a mão antes. Angélica, pois não.”  
 614 Angélica Aparecida Sezini/SEMAD: “Yuri, eu queria que colocasse novamente a redação dessa proposta porque eu  
 615 acho que eu fiz confusão na leitura.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Coloquem por favor. A gente copiou  
 616 aqui do parecer do conselheiro Heleno. Volta lá na planilha, coloca lá na planilha. Isso.” Angélica Aparecida  
 617 Sezini/SEMAD: “Na nossa redação original, esse ‘apresentar anualmente à FEAM comprovação dos repasses dos

618 recursos financeiros da prefeitura' foi o que nós colocamos com prazo anual. Esse que está em letras maiúsculas é a  
619 proposta do conselheiro, não é isso?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sim. O conselheiro cria uma  
620 obrigação para a empresa, ou seja, se o município não executou as obras, a empresa é obrigada a cumpri-la. Igual o  
621 conselheiro Heleno falou, o dinheiro acabou, e a obra não foi concluída, então a obrigação permanece sendo a  
622 obrigação do empreendedor, no caso aqui, da Samarco." Angélica Aparecida Sezini/SEMAD: "Na verdade, no termo  
623 de compromisso firmado entre as partes, entre o município e a empresa, essa questão foi tratada. Então, retificando  
624 o que eu disse, de fato, o Dr. Thiago tem razão. Do jeito que essa redação, a gente acaba não cumprindo o objetivo  
625 que foi a alteração da condicionante proposta, conforme relatado no Parecer Único. Eu fiz confusão porque quando  
626 a gente coloca que o titular da LOC continua obrigado a cumpri-la o meu pensamento foi no termo de compromisso,  
627 onde essas questões foram tratadas como obrigações e com as penalidades cabíveis em caso de descumprimento.  
628 Então essa redação aí realmente não está de acordo com aquilo que a gente havia inserido no PU, e no termo de  
629 compromisso há o respaldo para que seja resolvida a questão em caso de não cumprimento pelo município. E aí eu  
630 quero ressaltar também que quando o município fez o termo de acordo com a empresa ele manifestou não apenas  
631 o desejo de continuar com aquelas obras, mas também a sua responsabilidade para com elas. A prefeitura deixou  
632 isso muito expresso nesse termo de compromisso que está nos autos. Então eu retifico o que eu havia falado antes  
633 para a gente entender que essa condicionante aí, de fato, da forma como ela está, ela vai de encontro ao que foi  
634 colocado no Parecer Único." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Então só para deixar claro: a DGR é  
635 contrária à alteração." Angélica Aparecida Sezini/SEMAD: "Sim." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu  
636 retorno ao Sr. Heleno... Sr. Geraldo... Quem levantou a mão primeiro foi o Dr. Thiago, depois o Heleno e depois o  
637 senhor. Então vamos lá. Dr. Thiago." Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: "Presidente, eu baixei a mão  
638 depois da resposta da Angélica. Obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Retorno então ao  
639 conselheiro Heleno." Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: "Senhor presidente, essas  
640 coisas que acontecem no COPAM, na reunião da CMI, é lamentável. Eu queria pedir para que fosse transcrito na  
641 íntegra da ata toda essa reunião, requerer a vossa senhoria, até mesmo porque a fala da Dra. Angélica foi clara, 'não  
642 tenho nada a se opor com a redação do Sr. Heleno'. Foi essa fala que ela disse. Então, ou seja, ela leu antes, agora  
643 mudou a fala depois que a Ciemg falou. Ah, pelo amor de Deus, aí virou brincadeira aqui. Aí vou ser conselheiro aqui  
644 para quê? Não consigo entender. Eu tento participar de uma reunião do COPAM para não ter que brigar, mas toda  
645 reunião que eu participo eu tenho que brigar. Não tem condição, gente. A gente está participando aqui de  
646 brincadeira, não estou entendendo isso, cara. Eu venho aqui para uma reunião onde fala claramente, aí vem uma  
647 manifestação assim do outro lado, 'ah, não, pera aí, realmente, tô errada, não, não, não, pera aí, volta lá, fala pra  
648 mim, deixa eu ler de novo'. Ah, brincadeira, virou brincadeira. Senhor presidente, eu não vou nem falar mais, não  
649 vou nem falar mais para não ter que falar aqui outras coisas. Então vou ficar mais agora em silêncio, e vai da forma  
650 que for. Mas, veja bem, eu quero solicitar a vossa senhoria que a ata seja redigida na íntegra, por gentileza, por favor,  
651 senhor presidente. Muito obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Eu solicito a transcrição na  
652 íntegra em relação à nossa reunião. Só para esclarecer, conselheiro, eu acho que os equívocos, algum erro ele é  
653 comum a todos nós. Eu conheço a Dra. Angélica há muito tempo, conheço os senhores. Uma advogada  
654 extremamente séria, competente, que tem todo o nosso respeito. Realmente foi um equívoco da parte da leitura,  
655 porque eu estava pedindo a transcrição aqui. Mas fica aí o seu relato, e a sua solicitação de transcrição será atendida.  
656 Fernando, depois o... Não, Fernando não. Geraldo, depois o Fernando." Conselheiro Geraldo Majella  
657 Guimarães/Assemg: "Está muito confusa essa sugestão de alteração da condicionante porque nós estamos falando  
658 de cumprimento das condicionantes pela prefeitura. A prefeitura não tem nada a ver com o peixe, quem é, digamos,  
659 a dona do BO é a Samarco. As condicionantes têm que ser cumpridas pela Samarco. Caso as condicionantes não  
660 sejam cumpridas pela prefeitura, a prefeitura não tem condicionante nenhuma a ser cumprida, não foi a prefeitura  
661 que impactou o meio ambiente, que tem, digamos, ações corretivas a serem conduzidas. Então eu acho assim. Está  
662 muito confuso, confundiu mesmo. A prefeitura não tem que cumprir condicionante, quem tem que cumprir, no meu  
663 entendimento, com ou sem o acordo... Se por exemplo a prefeitura não cumpriu o acordo a Samarco vai ter que  
664 assumir o BO, a responsabilidade é dela. Há um acordo entre as partes, a prefeitura vai fazer de determinada forma.  
665 Então assim ficou muito confuso o ajuste. Então realmente se talvez se tivesse que ajustar, não com esse texto, esse  
666 texto é mais confuso do que esclarece. Não ficou legal. Na minha opinião, realmente não ficou legal. Muito obrigado."  
667 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Eu retorno ao conselheiro Heleno. A redação é do conselheiro Heleno,  
668 então se ele achar prudente ele pode alterar, já que a proposição é dele. Mas fica a critério, isso é prerrogativa do  
669 conselheiro, então..." Conselheiro Geraldo Majella Guimarães/Assemg: "Sim, completamente, é dele mesmo, com

670 certeza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheiro, o senhor, Heleno, o senhor levantou a mão de  
671 novo. Pois não.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, só para  
672 corrigir uma situação. Quanto à condicionante, se alguém quiser propor alguma redação, pode propor, não tem o  
673 menor problema. O que eu quero que deixe claro na condicionante é que a Samarco é a responsável para cumprir. É  
674 apenas isso. Se o colega conselheiro aí, que eu não me recordo o nome, da Associação dos Engenheiros, se ele quiser  
675 colocar, ele mesmo bem disse, a responsabilidade é da Samarco. É o que eu estou dizendo aí, é da Samarco, não é  
676 da prefeitura não, a prefeitura não tem condição de não cumprir não, quem tem que cumprir é a Samarco. É o que  
677 ele mesmo disse. Se quiser alterar, não tem o menor problema. O que eu quero que deixa claro é que se a prefeitura  
678 não fizer as obras a Samarco é obrigada a fazer. Apenas isso. Senhor presidente, só corrigindo aqui, a forma que o  
679 senhor falou aí pode ter levado a isso, mas na verdade em momento algum eu questiono a competência da Dra.  
680 Angélica. Eu só digo que ela mudou de opinião no momento... Que ela entendeu bem a condicionante, não houve  
681 equívoco nenhum dela porque ela fala claramente ‘não tenho nada a se opor à condicionante descrita pelo Sr.  
682 Heleno’. Ela fala isso. Então eu queria pedir para colocar na íntegra. E depois ela muda de opinião. Eu não estou  
683 dizendo assim quanto à competência dela. Conheço a Dra. Angélica também, não pessoalmente, mas conheço às  
684 vezes de falar por telefone e tudo, sei que realmente é uma pessoa muito competente, mas...” Presidente Yuri Rafael  
685 de Oliveira Trovão: “O áudio do senhor está ficando baixo, Sr. Heleno...” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques  
686 do Nascimento/IHMBio: “Mas... Entendeu? Acho que vou voltar a dizer o seguinte: conheço a dona Angélica também,  
687 não pessoalmente, mas por telefone já falei várias vezes, sei que se trata de uma pessoa extremamente competente.  
688 Em momento algum eu questionei a competência dela. Só questionei a mudança abrupta dela de opinião. Porque na  
689 verdade ela fala o seguinte: ‘Olha, não temos nada a se opor à redação do Sr. Heleno.’ Isso ela disse. Depois ela volta:  
690 ‘Ah, não, eu confundi.’ Não, não houve confusão nenhuma, o que houve é: houve uma manifestação da Ciemg do  
691 outro lado, e ela mudou de opinião. É um direito dela. Entendeu? Mas em momento algum eu questionei a  
692 competência dela. Até tenho um grande apreço, por sinal. Eu só pedi para constar na íntegra para a gente ter essa  
693 comprovação. Mas quanto a essa alteração da redação, Yuri, qualquer conselheiro pode propor. Eu quero que só  
694 deixe claro que essa responsabilidade é da Samarco e não da prefeitura. Se a prefeitura não cumprir com as obras,  
695 que a Samarco assuma ou que ela execute a prefeitura, execute o termo que ela fez com a prefeitura. Enfim, sei lá o  
696 que ela vai fazer. Mas que a obrigação é dela, é dela.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Entendido,  
697 conselheiro. Então o próprio conselheiro Heleno se predispôs. Aí se alguém, se algum outro conselheiro quiser fazer  
698 uma redação semelhante nesse teor, nessa linha que ele acabou de informar, fique à vontade. Fernando, pois não.”  
699 Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Eu vou, senhor presidente, começar  
700 solicitando a minha manifestação, solicitando realmente que todas as falas sejam colocadas na ata de forma íntegra,  
701 na sua totalidade. Eu compreendo, respeito muito a opinião do conselheiro Heleno, respeito a sua pessoa. No  
702 entanto, tem dias meio infelizes. O teor, a minha sugestão é retirada da condicionante, mesmo porque é de direito  
703 do conselheiro colocar em votação, vamos votar. Mas no meu entender era retirar. Por quê? Pelo simples fato: a  
704 responsabilidade em todo o processo é da Samarco. Isso é claro, ponto final. Então a condicionante de colocar a  
705 responsabilidade, data vênha, já está nos processos. É uma condicionante, já está imputada à Samarco a  
706 responsabilidade tal. Ora, então o que nós estamos debatendo aqui? Essa condicionante da forma como que ela está,  
707 ela realmente deixa todo o processo, todo o Parecer Único relatado inconsistente. E eu gostaria de relatar que nós  
708 não somos perfeitos, nenhum de nós. Se fôssemos, seríamos Deus. Não é o caso. Todos aqui têm o dever e obrigação  
709 de voltar atrás analisando bem os fatos. E era uma boa oportunidade para o Sr. Heleno também fazê-lo. Muito  
710 obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Fernando.  
711 Lembrando que é uma prerrogativa, é um direito dos conselheiros propor condicionantes, alterar condicionantes,  
712 pedir exclusão. Isso está previsto no Regimento, e nós temos por obrigação respeitar as opiniões dos conselheiros, e  
713 os senhores mutuamente. Sr. Heleno, pois não.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio:  
714 “Senhor presidente, eu tenho que voltar aqui novamente e falar. Como bem disse o conselheiro Fernando, é a  
715 responsabilidade da Samarco. Tudo bem. E por que ele está arrepiado quando no momento que se coloca numa  
716 condicionante que dá responsabilidade para a Samarco? Aonde está escrito nessa condicionante que foi proposta  
717 pela equipe técnica, onde está descrita a responsabilidade da Samarco? Não tem, não tem. A partir do momento que  
718 a Samarco comprova que ela fez o repasse, a condicionante está cumprida. Está claro isso, gente. Pelo amor de Deus.  
719 Será que é só eu que estou tendo essa visão? Não tem cabimento uma coisa dessa, não tem cabimento uma coisa  
720 dessa. O conselheiro Fernando arrepiou à toa, se ele arrepiou é porque... Por que ele não quer que seja descrito na  
721 condicionante claramente que a responsabilidade é da Samarco? Por que ele não quer que esteja descrito isso? E

afirma claramente que o entendimento dele é que a Samarco realmente é a responsável pela condicionante. Mas pelo que está a redação da equipe técnica é claro, a partir do momento que a Samarco faz o repasse, comprovou que ela fez o repasse, a condicionante está cumprida. Se fez ou não fez as obras que estavam descritas, bulhufas. Eu vou fazer a mesma pergunta que ele fez aí agora: o que nós estamos fazendo aqui agora? Então estamos fazendo aqui agora para discutir realmente, de fato, a responsabilidade de quem é a condicionante, é legalizar, botar isso no papel. O brasileiro cumpre o que está no papel. Até o que está no papel costuma não cumprir, imagina se não estiver no papel, escrito. Tem que estar escrito dentro do processo lá: olha, a responsabilidade, não cumpriu, a prefeitura, quem cumpre é a Samarco. Qual o interesse tem a Samarco de executar o termo de compromisso com a prefeitura? Nenhum, gente. Pelo amor de Deus. Aí vem o conselheiro Fernando aqui falar que entende que realmente de fato é a Samarco a responsável, mas não quer que coloque isso no papel. Meu Deus, não estou conseguindo entender. Eu acho que não estou conseguindo entender. Ou eu não estou conseguindo raciocinar em que reunião estou participando, de que eu estou falando ou do contrário estão todos aí equivocados.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, senhores conselheiros. Eu vou solicitar a manifestação, porque estamos discutindo uma condicionante que está podendo criar uma obrigação em relação à empresa, eu gostaria da manifestação do representante da Samarco quanto a essa alteração da condicionante.” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “É exatamente isso que eu ia pedir.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Antecipei o senhor, José Antônio, transferência de pensamento.” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “De pensamento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A empresa poderia? Quem poderia manifestar pela empresa? Retorna por favor ao texto. Sr. Maurício, pois não.” Maurício Pelegrino de Souza/Samarco Mineração S/A: “Eu não estou conseguindo abrir a câmera.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não tem problema, Sr. Maurício... Em relação à alteração dessa condicionante, Sr. Maurício, como a Samarco se manifesta? Gostaria de saber. Eu gostaria e os conselheiros.” Maurício Pelegrino de Souza/Samarco Mineração S/A: “Senhor presidente, demais conselheiros, nós entendemos que a redação proposta pelo conselheiro na verdade ela distorce a mudança específica que se pretendeu quanto a uma alteração de forma de cumprimento da condicionante. Acho que o conselheiro Thiago já se manifestou nesse sentido, mas o termo de compromisso que foi assinado entre o município e a Samarco já prevê a destinação específica para obras. Essas obras são indicadas especificamente no termo de compromisso. E além disso, como já relatado, como já falei da primeira vez, reforço aqui a existência de órgãos competentes para, obviamente, avaliar o cumprimento desse termo de compromisso. Afinal de contas, termo de compromisso assinado pelo município, assim como assinado pela Samarco expõe a necessidade da realização dessas intervenções, da realização dessas obras nos equipamentos públicos específicos. O que nos entendemos é que a forma como apresentado pelo conselheiro Heleno, data vênha, ela imputa ao município, pelo menos da forma como está apresentado, a execução de condicionantes. Pelo menos da forma como está apresentado. E o que nós entendemos é que, na verdade, o julgamento aqui, como foi julgado antes, é a alteração da forma de cumprimento da condicionante a ser, obviamente, feita pela Samarco.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço a manifestação. Retorno ao conselheiro Heleno. Pois não.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, eu acho que, primeiro, o termo de acordo é um termo de compromisso, feito entre Samarco e município, é um termo isolado a duas entidades. Eu estou querendo garantir aqui é a legitimidade da FEAM, é o que nós temos que fazer aqui, é garantir a legitimidade da FEAM. Nada mais além disso. Em momento algum aqui, equivocado aí o representante da Samarco, em momento algum aqui eu coloco, eu imponho essa obrigação ao município. Gente, eu não estou botando imposição ao município. Veja bem, olha como é que eu coloquei a condicionante. Vou ler. Eu acrescentei, acrescentei ao que já estava proposto. Ou seja, melhor, vou pegar aqui a minha porque está no meu parecer, está no meu relato de vistas, vai ficar melhor. Está aqui, isso aqui é parte da própria equipe técnica, e só o que está em letras maiúsculas é que foi acrescentado por mim. Vamos lá, ou seja, da FEAM está: ‘Apresentar anualmente à FEAM a comprovação do repasse dos recursos financeiros à Prefeitura de Rio Doce’. Ou seja, a partir do momento que você apresenta esse repasse, a condicionante está cumprida. Certo? Aí eu voltei e emendei um pouco, o seguinte: ‘E o cumprimento das condicionantes pela prefeitura, caso as condicionantes não sejam cumpridas pela prefeitura, fica o empreendedor titular da LOC obrigado a cumpri-las’. Qual que é a diferença? Só estou dizendo que a Samarco é obrigada a cumprir se a prefeitura não cumprir. O representante já disse, alterou-se a forma de cumprimento da condicionante. Ou seja, passou-se a condicionante a ser cumprida pela prefeitura. Eles fazem o repasse, e a prefeitura cumpre com as obras. Ou seja, a Samarco está considerando apenas o seguinte, que apenas o repasse financeiro para a prefeitura já está comprovado. E realmente já está comprovado o cumprimento da condicionante dela. Pelo que nós aprovamos lá atrás. Nós aprovamos não, porque eu votei contra. Pelo que se aprovou lá atrás, certo, só o repasse que eles fizerem,

774 já está cumprido. Eles não têm que cumprir, garantir a obra para o município, para a municipalidade. Entendeu?  
 775 Então é por isso que houve essa emenda minha, esse pedido de emenda. Eu fiz uma emenda na condicionante, eu  
 776 não criei uma nova condicionante, eu fiz uma emenda na condicionante, que está aberta para qualquer conselheiro  
 777 que está aqui, quem criticou, inclusive. Está aberto para o Sr. Fernando Benício, está aberto para a Associação dos  
 778 Engenheiros, está aberto para fazer alteração na condicionante também. Eu estou abrindo mão, pode alterar. O que  
 779 eu só quero é que seja garantindo que a Samarco vá cumprir com a condicionante. O Dr. Thiago também, da Fiemg,  
 780 está aberto a ele também para fazer essa colocação. O senhor também, senhor presidente, se achar que é  
 781 interessante, que dá para colocar uma coisa aí, estou aberto. A própria equipe técnica. A Dra. Angélica Sezini se quiser  
 782 fazer uma alteração aqui, está aberto, eu não estou botando nada distintivo não, eu estou colocando algo que vai  
 783 garantir à FEAM amanhã na fiscalização. É isso que eu estou querendo garantir. O nosso papel aqui é garantir a  
 784 legitimidade da FEAM. Porque da forma que está agora, o termo de acordo deixa bem claro, o termo de compromisso  
 785 firmado entre Samarco e Prefeitura de Rio Doce é um acordo firmado em duas entidades. Na verdade, teria que ser  
 786 três. Na verdade, teria que ter a FEAM junto também para assinar junto esse termo de compromisso. Mas como não  
 787 fez, fizeram só entre dois entes, então só esses dois entes respondem por esse termo de compromisso. Se caso a  
 788 prefeitura não cumprir, cabe à Samarco executar o termo de compromisso. Ou não. Entendeu? Ou deixar por si. Mas  
 789 como a Samarco já vai estar com sua condicionante cumprida, para que ela vai executar o município nesse termo de  
 790 compromisso? Não há nenhuma objetividade disso. Então estou colocando, volto novamente a dizer, está à  
 791 disposição da equipe técnica, Dra. Angélica, do próprio presidente, dos próprios colegas conselheiros de alterar, da  
 792 própria empresa se opinar nessa aqui. Eu abro mão até da própria empresa para se opinar, da própria Samarco. Mas  
 793 o que eu quero aqui deixar o meu pensamento, o meu requerimento é que esteja escrito, explícito nos autos, nas  
 794 condicionantes, que a responsabilidade é da Samarco e não prefeitura. Todos têm esse mesmo entendimento. Eu  
 795 estou vendo o conselheiro Fernando já falou aí. Estou pedindo para constar na íntegra, senhor presidente. Estou  
 796 pedindo para constar na íntegra, porque, de fato, se isso não for explícito, eu vou solicitar o controle de legalidade  
 797 da SEMAD. Não tem outra forma. Porque da forma que está eu vou falar para o senhor uma coisa: não tem  
 798 cabimento, gente. Nós transferimos as condicionantes aqui, e as coisas não vão, não está, o empreendedor por sinal  
 799 está aqui louco para fazer o repasse logo. Assim que aprovar isso aqui, com certeza, já vai estar na conta da prefeitura,  
 800 com o repasse ser feito rapidamente, para ele ficar livre dessa condicionante. Entendeu? Livre, mas livre mesmo.  
 801 Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Eu passo a palavra  
 802 ao conselheiro Fernando. Pois não, Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta:  
 803 “Senhor presidente, eu acho que todos os processos que a gente analisa nós temos condicionantes. A forma com  
 804 que a empresa vai realizar a condicionante é a maneira, a competência que nós estamos avaliando aqui. Não perde  
 805 a essência da obrigatoriedade, para mim, em nenhum momento. Fica explícito isso. E eu ainda vou fazer uma  
 806 suposição. Pegando aqui um pouco do gancho de suposições do nosso estimado Heleno Maia, do qual eu reitero  
 807 meu total respeito e admiração. Mas é a mesma coisa, a Samarco, por exemplo, na época do acidente, teve vários  
 808 animais, aí o Instituto Heleno Maia foi lá, resgatou os animais. Aí faz-se, supostamente, um termo de parceria pela  
 809 competência que o Heleno tem, e tem, de cuidar dos animais etc. Ele faz isso. E aí a Samarco assina um termo de  
 810 parceria com o Instituto Heleno Maia para cuidar dos animais. Ora, é por competência, porque ele sabe fazer. E existe  
 811 um termo, com as cláusulas ali comprovadas. Se não cumprir, tem isso, tem aquilo. Tudo dentro da legalidade do  
 812 Estado brasileiro, do qual a gente não pode jamais, quem sou eu para questionar. Eu vou questionar a competência  
 813 do Heleno de fazer isso? Quer dizer, não. Eu vou ‘ah, o Heleno não vai cumprir.’ Se não cumprir, tem as sanções legais  
 814 já impostas nesse termo de parceria. Então senhores conselheiros eu acho que... Eu não vou sugerir nenhuma  
 815 alteração. Eu acho que porque não cabe nenhuma alteração. Cabe a votação, senhor presidente.” Presidente Yuri  
 816 Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, eu acho que nós já não temos condições aqui, já que não há uma  
 817 proposição de alteração, eu acho que nós temos condições de estar votando a alteração ou não da condicionante.  
 818 Eu solicito então que coloca lá só para eu explicar o processo de votação. José Antônio, pois não.” Conselheiro José  
 819 Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “É só uma última consideração. Levando em conta a preocupação de  
 820 todos, eu vejo, por incrível que pareça, mais convergência do que divergência. Porque em última instância a  
 821 preocupação maior é que a Samarco seja a responsável final pelo cumprimento da condicionante. E o advogado da  
 822 Samarco manifestou que existem os órgãos que estão acompanhando. Inclusive, eu entendo que entre eles o próprio  
 823 Ministério Público. Por favor, peço ao advogado da Samarco para me corrigir se eu estiver equivocado. Então eu  
 824 estou entendendo que se não houver o cumprimento da condicionante, mesmo que parte dela tenha sido, entre  
 825 aspas, ‘terceirizada’, o Ministério Público não vai compreender que houve o cumprimento da condicionante. É isso



mesmo? Eu só quero pedir esse esclarecimento final.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O senhor está solicitando o esclarecimento para a empresa, José Antônio?” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “Para a empresa. É reforçar se é isso mesmo meu entendimento foi o que a empresa falou.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Algum representante da empresa?” Maurício Pelegrino de Souza/Samarco Mineração S/A: “Dr. Yuri e demais conselheiros. O documento assinado, e o contrato assinado, obviamente que está sob o crivo da análise do Ministério Público. Então se o Ministério Público entende pela necessidade de algum ponto a ser cumprido vai fazer a exigência específica em relação isso.” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “Perfeito. É porque a preocupação do conselheiro Heleno é legítima. Então é importante porque provavelmente não vai ser só nesse caso, são outros casos. Então para fazer uma longa história mais curta, quer dizer, eu estou entendendo que, em última instância, não fica cumprido se o Ministério Público não entender que a condicionante não está sendo cumprida, então o Ministério Público vai tomar as devidas providências. É isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Heleno, pois não.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, só uma coisa aqui, o seguinte. Se não está escrito, não há o que o Ministério Público dizer, a empresa está com a defesa pronta. O advogado está dizendo aí, a defesa pronta. A defesa dele vai ser o seguinte. ‘Olha aqui, o COPAM lá aprovou, a Câmara de Atividades Minerárias aprovou lá o repasse do recurso. Eu já fiz o repasse do recurso, a condicionante está cumprida, está aqui, Ministério Público.’ Aí a ação não tem, não tem legitimidade uma ação judicial uma execução do Ministério Público. Não tem legitimidade nenhuma, porque não tem nada escrito que a obrigação é da Samarco. O que nós aprovamos aqui, gente, aliás, esta Câmara Técnica aprovou, com voto contrário meu, é que a partir do momento que se passa o recurso, se não houver alteração dessa condicionante, a partir do momento que se passa o recurso, já está cumprida a condicionante. É por isso que o advogado está defendendo a unhas e dentes aí. E dizer que o Ministério Público erroneamente, que o Ministério Público não está nesta Câmara Técnica, infelizmente, para se dizer isso. Que ele ia falar o contrário, com certeza, deveria falar o contrário. ‘Não, se não está escrito, eu não tenho como cobrar da empresa não. Como vou cobrar da empresa se a empresa está toda isentada dentro do processo de licenciamento, dentro do processo houve a mudança da condicionante?’ Não tem, gente. É logicamente. Não está escrito. O que não está escrito não é obrigado a cumprir. A verdade é essa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Fernando, pois não.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu queria só para... Porque a reunião é gravada, nós pedimos para ser transcrita na íntegra. Eu gostaria da manifestação do prefeito, se ele ainda estiver na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O prefeito tem interesse de se manifestar novamente? Sr. Mauro.” Mauro Pereira Martins/Prefeitura de Rio Doce: “Bom dia. Boa tarde já. Não, a Prefeitura de Rio Doce entende que o acordo com a Samarco foi tratado com a maior transparência possível, e entendemos que isso vai funcionar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Bem, senhores conselheiros, eu creio que já podemos encaminhar para a votação. Por favor, coloca lá a planilha só para explicar o nosso processo de votação. Senhores conselheiros, eu peço atenção no nosso processo de votação, o nosso encaminhamento. Conforme previsão do Regimento, as votações se dão em relação ao voto favorável de acordo com a manifestação do órgão ambiental. Como o órgão ambiental está manifestando neste caso é pela não alteração, pela manutenção da condicionante do parecer na forma que está. Então quem votar favorável está votando de acordo com a manifestação do órgão ambiental, que é pela manutenção da condicionante. Quem votar contrário está votando pela alteração da condicionante, conforme indicado pelo conselheiro Heleno. Entendido? Favorável: manutenção da condicionante conforme está. Contrário: alteração da condicionante conforme proposição do conselheiro Heleno. Dúvidas? Não. Então ok. Asseng como vota?” Processo de votação. Votos favoráveis: Asseng, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindixtra, Zeladoria do Planeta, ANM, Dom Helder. Voto contrário: IHMBio. Justificativa de voto contrário. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Contrário, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nos termos do seu parecer, não é, conselheiro. Pode deixar dessa forma?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Eu não tenho nem que justificar, a condicionante foi proposta por mim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.” Manifestação da Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então por 11 votos favoráveis foi mantida a condicionante conforme está. Passamos para o próximo item da nossa pauta.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, só lembrando que eu vou solicitar o controle da legalidade dessa votação. Ok?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Passamos para o item 9.1, CSN Mineração...”

**9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - “AMPLIAÇÃO”. 9.1) CSN Mineração S/A. Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; e Reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragem.**

878 **Congonhas/MG. PA/SLA/Nº 2373/2023. ANM: 043306/1956. Classe 5. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional**  
879 **(DGR).** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Licença concedida por unanimidade nos  
880 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta,  
881 IHMBio e ANM. Ausências: Segov, Codemig e Dom Helder. **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
882 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Atlas Lítio Brasil**  
883 **Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM),**  
884 **com tratamento a úmido; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e**  
885 **minerais não metálicos; e Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**  
886 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Araçuaí/MG.**  
887 **PA/SLA/Nº 2102/2023. ANM: 833356/2007. Classe 5. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR).** Processo  
888 retirado de pauta com pedido de vista do IHMBio e vista conjunta solicitada por Zeladoria do Planeta, Ciemg e  
889 Sindiextra. Justificativas. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Vista no processo para  
890 conhecimento melhor do processo de licenciamento.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do  
891 Planeta: “Acompanho as vistas do Heleno Maia para verificar quais são as pendências necessárias e acompanhar o  
892 processo.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Vista conjunta para a avaliação das condicionantes  
893 inseridas no processo.” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “Vista conjunta também para checar as  
894 condicionantes do processo.” **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**  
895 **COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”. 11.1) Vale S/A. CVRD Mina de Alegria**  
896 **e Fábrica Nova. Lavra a céu aberto. Minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento**  
897 **a seco; Supressão de Vegetação Remanescente da Mina de Fábrica. Atividades ou empreendimentos não listados**  
898 **ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente**  
899 **ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei**  
900 **Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas. Ouro Preto e Congonhas/MG. PA/SLA/Nº**  
901 **3871/2021. ANM: 930.193/1982. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação:**  
902 **DGR/PLS.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese,  
903 Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, ANM, IHMBio e Dom Helder. **12) PROCESSO**  
904 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO**  
905 **E A LICENÇA DE OPERAÇÃO. 12.1) Vale S/A. Lavra a céu aberto. Minério de ferro; Unidade de Tratamento de**  
906 **Minerais (UTM), com tratamento a seco e pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. ANM: 930.593/1988. Nova**  
907 **Lima e Rio Acima/MG. PA/Nº 00237/1994/095/2011. SEI/Nº 1500.01.0016881/2021-62. Classe 4 (Conforme Lei nº**  
908 **21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM.** Adendo deferido por unanimidade nos termos do  
909 Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do  
910 Planeta, ANM, IHMBio e Dom Helder. **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA**  
911 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”. 13.1) JMN**  
912 **Mineração S/A. Mina Morro dos Coelho. Lavra a céu aberto. Minério de ferro; Unidade de tratamento de minerais**  
913 **(UTM), com tratamento a úmido; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A**  
914 **e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de**  
915 **construção de barramento para contenção; Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro; Reaproveitamento de bens**  
916 **minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito. Desterro de Entre Rios e Piracema/MG. PA/SLA/Nº**  
917 **2130/2020. ANM: 833.340/2003. Classe 6. Apresentação: URA ASF.** Adendo deferido por unanimidade nos termos  
918 do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do  
919 Planeta, ANM, IHMBio e Dom Helder. **14) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE**  
920 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 14.1) Vale S/A. Mina Córrego do Feijão. LOC Brumadinho. Outras formas de destinação de**  
921 **resíduos não listadas ou não classificadas; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de**  
922 **sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos**  
923 **químicos, exceto agrotóxicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos**  
924 **minerários; Implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários; Canalização e/ou retificação de**  
925 **curso d’água; Estação de tratamento de água para abastecimento; Dragagem para desassoreamento de corpos**  
926 **d’água; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não**  
927 **classificados; Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos; Áreas de**  
928 **triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos; e**  
929 **Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Brumadinho/MG. PA/Nº 00245/2004/052/2019. ANMs: 831.689/2002,**

930 **837.518/1993, 832.305/2002 e 931.344/2005. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR).** Adendo  
 931 deferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov,  
 932 Ciemg, Sindiextra, IHMBio e ANM. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta e Dom Helder. **15) PROCESSO**  
 933 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO. 15.1) Mosaic Fertilizantes**  
 934 **P & K Ltda. Complexo Minerário de Tapira. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minerais não metálicos,**  
 935 **exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento; Barragem de contenção de rejeitos/resíduos;**  
 936 **Pilhas de rejeito/estéril; Unidade de tratamento de minerais (UTM); Aparelhamento, beneficiamento, preparação**  
 937 **e transformação de minerais não metálicos, não associados à extração; Outras formas de tratamento ou de**  
 938 **disposição de resíduos não listadas ou não classificadas; Minerodutos; Correias transportadoras; Canais para**  
 939 **drenagem; Estradas para transporte de minério/estéril; Jateamento e pintura; Subestação de energia elétrica;**  
 940 **Linhas de transmissão de energia elétrica; Tratamento de esgotos sanitários; Obras de infraestrutura (pátios de**  
 941 **resíduos e produtos e oficinas); Tratamento de água para abastecimento. Tapira/MG. PA/Nº**  
 942 **00001/1988/013/2007. SEI/Nº 2240.01.0003965/2020-53-52. ANMs: 930.785/1988; 810.331/1968; 812.362/1968;**  
 943 **821.674/1969; 816.066/1970; 827.081/1972; 831.405/1997; 830.198/2009; 830.199/2009; 830.200/2009;**  
 944 **830.201/2009; 830.202/2009; 830.203/2009; 830.204/2009; 830.205/2009; 830.206/2009; 830.408/2011 e**  
 945 **833.476/2012. Classe 6. Apresentação: URA TM.** Adendo deferido por unanimidade nos termos do Parecer Único.  
 946 Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, ANM, IHMBio e Dom  
 947 Helder. Impedimento: Codemig. Manifestação de impedimento. O conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira,  
 948 representante da Codemig, declarou seu impedimento neste processo. **16) ASSUNTOS GERAIS. Conselheiro**  
 949 Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Só um comunicado à CMI. Nós tivemos há aproximadamente 15 dias o  
 950 falecimento da conselheira que representava a Copasa como titular, a Sra. Silvana Mônica Vaz. Foi uma perda muito  
 951 grande para nós da Copasa, um pessoa e profissional excelente, que atuou na CMI por alguns meses representando  
 952 a Companhia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado pelo comunicado. Os nossos sentimentos, em  
 953 nome da SEMAD, aos amigos da Copasa e à família. Que Deus os abençoe e os conforte.” Sandoval de Souza Pinto  
 954 Filho/sociedade civil: “Boa tarde, senhor presidente. Eu peço desculpas que eu não pude participar no item 9.1,  
 955 porque eu estava participando de uma audiência em Congonhas a respeito de qualidade do ar, essa questão da  
 956 poeira nas cidades mineradas. É um encontro brasileiro. Meu nome é Sandoval de Souza Pinto, represento o Instituto  
 957 Histórico Geográfico de Congonhas, represento a Academia de Ciências, Letras e Artes de Congonhas e represento  
 958 também a União de Associações Comunitárias de Congonhas. Eu não vou tratar de item votado, o 9.1 já foi votado e  
 959 aprovado, ótimo, mas o assunto foi muito apropriado ter essa oportunidade de tratá-lo aqui em Assuntos Gerais,  
 960 porque, coincidentemente, nesse item 9.1, na página 3 do parecer, nós temos a menção ao empreendedor como um  
 961 complexo minerário Casa de Pedra. E esse complexo minerário, como tantos outros em outras cidades, está  
 962 aguardando processo. Eu estou citando outros casos em outros lugares, mas esse em específico, esse complexo  
 963 minerário, aguarda desde 2015 a revalidação de Licença de Operação, que é o processo SEMAD  
 964 0103/1981/088/2015. Então o que tem a ver com o projeto de hoje no 9.1 é o seguinte. O 9.1 é um projeto de  
 965 pequena monta, foi explicado, eu não tive a oportunidade de assistir. Depois vou ver no YouTube. É um projeto de  
 966 pequena monta, muitos moradores apareceram a favor, e tudo ótimo... Então esse projeto que foi votado é uma  
 967 pequena ampliação, como tantas outras que vêm acontecendo desde 2015. Então nós temos falado muito de que os  
 968 licenciamentos têm sido dados de forma fragmentada neste Conselho para esse empreendimento. Esse Complexo  
 969 Minerário Casa de Pedra tem sido licenciado, sim, de forma fragmentada, e nós já falamos isso em outras  
 970 oportunidades, em especial no licenciamento da expansão da usina, que aumentou 5 milhões de toneladas sem a  
 971 usina estar pronta. Nós citamos outro exemplo, que é a pilha Fraile, que foi votada recentemente, que estava em  
 972 etapas 1 e 2 e depois passou para 3 e 4 e agora vai se aproximar a 140 m de casa na expansão. E não temos como  
 973 ficar acompanhando essas coisas par e passo, nós vivemos, temos nossa vida. Então isso aprova na primeira, ninguém  
 974 pede audiência pública, e depois as expansões vão se sucedendo, comprometendo a avaliação de desempenho  
 975 ambiental, frustra o direito de informação da população. E também existe controle social, como prescrito na  
 976 Constituição, desses empreendimentos aprovados dessa forma. É uma verdadeira colcha de retalhos, sequer  
 977 cumprimento de condicionante a população tem como acompanhar nessa modalidade, que vai, aprova um  
 978 pedacinho daqui, uma extensãozinha dali, uma usina que não está pronta aumenta de tamanho, uma pilha que nasce  
 979 1 e 2 e depois vira 3 e 4. Impossibilita totalmente a participação popular. Como é que a população enxerga um  
 980 complexo minerário dessa forma e de forma integrada. Nós estamos aqui num município que é patrimônio cultural  
 981 da humanidade pela Unesco desde 1985, e está se criando aqui um cenário confuso de expansões de forma

totalmente fragmentada, que não permite a população nem os órgãos. Acho que talvez até os órgãos de controle, como o Ministério Público, não conseguem entender o todo de um complexo desse. É sempre feito, aumenta aqui, aumenta ali, licencia uma partezinha, enquanto que a revalidação de Licença de Operação seria o momento de se fazer uma avaliação do desempenho ambiental do complexo, ela não acontece desde 2015. Está com o parecer da Suppri desde 2021. Eu entrei no processo, não consegui baixar esse parecer; ele não está digitalizado. Até entrei em contato hoje com o Sr. Fernando Baliani e devo fazer um pedido de vista nesse parecer. Não há, senhor presidente, senhores conselheiros, uma avaliação ambiental integrada da implantação desses empreendimentos no território. Sem essa avaliação não existe nem como falar em avaliação de sustentabilidade. Nós estamos passando, recentemente, agora em julho de 2024, por uma desapropriação de 261 hectares pelo governador Zema para instalação de pilha. Pilha chamada Maranhão Sul 1, que ninguém sabe o que é isso, sequer há processo de licenciamento para essa pilha. Foi falado na Assembleia pelo Sr. Fernando Baliani. O que está acontecendo em Congonhas hoje precisa de ser avaliado. Esse processo de licenciamento, já pedimos via Assembleia Legislativa, por duas ocasiões, uma em novembro de 2023 e outra agora recentemente, informação a respeito desse processo de revalidação de Licença de Operação. Porque nós temos muito interesse. Fomos até tentar falar com a secretária Marília. Temos muito interesse de que seja feita uma audiência pública em Congonhas para esse processo de revalidação de Licença de Operação. Porque de 2015 para cá o quanto cresceu esse empreendimento chamado Complexo Minerário Casa de Pedra não tem base. Pegue o Google, veja o histórico... Eu tenho interesse de fechar com uma questão hídrica e de emergência climática... Então nós estamos falando aqui do território de Congonhas, que está tomado já por mais ou menos 50% em áreas de mineração e siderurgia nas cabeceiras do Alto Paraopeba e cabeceiras do São Francisco, que o Paraopeba vai desaguar no São Francisco. Nós temos aqui dezenas de barragens, a maior delas é a Casa de Pedra, que vai ficar próximo desse empreendimento, aí o impacto dele para a barragem. Pode-se dizer em relação ao que tem lá. Então a nossa grande preocupação, senhores conselheiros, senhor presidente, representantes de empresa e de órgãos que se fazem presente nesta reunião, é que se dê mais transparência, mais efetividade e, principalmente, mais prevenção e precaução nesses processos. Não tem a mínima condição de um processo desse ficar parado. Vai fazer dez anos agora uma revalidação de Licença de Operação. Está fazendo dez anos agora no ano que vem. E enquanto isso outros processos de ampliação vão entrando, entrando, entrando e vão sendo aprovados. Quando essa revalidação de Licença de Operação for votada, equaliza tudo, como é permitido em lei. Nós entendemos que isso é um artifício jurídico nefasto à participação popular e a diversos outros quesitos exigíveis no licenciamento. E para finalizar, com a questão climática, questão hídrica, esse empreendimento está ampliando a pilha Fraile. Tem a barragem Casa de Pedra, que já é prometido descomissionar. Embora seja a jusante, mas tem problema em ombreira. Não sei qual vai ser o procedimento. Tem a B4, que está em descomissionamento. E agora vindo a pilha Fraile para a beira do rio Maranhão e realizando essa pilha, cujo território o governador Zema apropriou agora em julho, nós teremos o rio Maranhão passando dentro de um cânion de pilhas e barragens. E aí fica um recado, uma atenção, um pedido especial para que seja feita uma análise pela Copasa, dado que o rio Paraopeba abastece Belo Horizonte, nós estamos nas cabeceiras de Belo Horizonte. Nós estamos falando aqui em pilhas de 200 m de altura por 200 há, nós estamos falando em barragens que comportam perto de 100 milhões m<sup>3</sup>. E está aí o que está acontecendo com o clima, nós estamos vendo e presenciando eventos extremos pelo mundo afora. O Fórum Permanente São Francisco mandou a nota técnica 06, que se refere aos riscos das áreas de mineração frente ao novo clima, ao que está acontecendo com o clima. E peço aqui agora que o Sr. Alessandro Palhares leve à Copasa essas nossas ponderações a respeito do que está acontecendo aqui no território de Congonhas e os riscos. Para finalizar, eu peço, senhor presidente... Então só para finalizar, se possível, que a SEMAD trouxe uma informação estruturada nas próximas reuniões, de preferência na próxima, a respeito desse processo de revalidação de Licença de Operação desse complexo minerário e considerasse o nosso pedido, que a equipe técnica considerasse o nosso pedido fundamentado de realização de audiência pública em Congonhas para esse processo. Muito obrigado e um bom dia para vocês, que Deus abençoe.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. Sandoval. Nós só tínhamos um inscrito para este ponto de pauta. Assim nós conseguimos vencer a nossa pauta de hoje.” **17) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1034  
1035  
1036  
1037  
1038

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**